



santa maria da feira assembleia municipal

### **EDITAL N.º 10/2024/DAOA-AM**

CRISTINA MANUELA CARDOSO TENREIRO, Presidente da Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira: -----

Torno público que, nos termos e para os efeitos do disposto no Artigo 56.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, se afixa, em anexo ao presente edital e do qual faz parte integrante, a ata da sessão ordinária desta Assembleia Municipal de 16 de fevereiro de 2024, aprovada na sessão ordinária de 30 de abril de 2024. -----

Vai o presente edital ser afixado nos serviços de Atendimento Municipal e outro de igual teor ser publicado no sítio da Internet do Município de Santa Maria da Feira. -----

Paços do Concelho de Santa Maria da Feira, 2 de maio de 2024. -----

A PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA,

(CRISTINA MANUELA CARDOSO TENREIRO)




Ana Cunha

**ATA N.º 16** – No dia 16 de fevereiro de 2024, reuniu, às 20 horas e 50 minutos, no Europarque, em Sessão Ordinária, a Assembleia Municipal de Santa Maria Feira, presidida pela Sra. Presidente da Assembleia, Cristina Manuela Cardoso Tenreiro, e secretariada pelos(as) Srs.(as) Ricardo Leite de Oliveira e Ana Patrícia Bastos da Cunha, respetivamente, 1.º e 2.ª Secretários(as) da Mesa, com a seguinte “Ordem do Dia”: -----

- 1 – Audição do Secretariado Executivo Metropolitano; -----**
- 2 – Ata N.º 15 – Sessão Ordinária de 11 e 18 de dezembro de 2023;**
- 3 – Informação sobre a Atividade e Situação Financeira do Município; -----**
- 4 – Revisão do Regulamento do Conselho Municipal de Segurança;-**
- 5 – 1.º Aditamento ao Contrato Interadministrativo de Colaboração com a Associação de Municípios das Terras de Santa Maria (AMTSM); -----**
- 6 – Alteração da postura de trânsito na Rua António de Sousa Pedrosa – Lourosa e São João de Ver; -----**
- 7 – Aprovação do Mapa de Demonstração do Desempenho Orçamental; -----**
- 8 – 1.ª Alteração Orçamental Modificativa; -----**
- 9 – Alteração ao Mapa de Pessoal 2024; -----**
- 10 – Atribuição de apoio à Junta de Freguesia de Arrifana - Aquisição de plataforma elevatória para melhoria de acessibilidades para portadores de mobilidade reduzida; -----**
- 11 – “Concessão de utilização privativa do domínio público municipal para instalação, manutenção e exploração de publicidade em mobiliário urbano” -----**  
**- Pedido de autorização da Assembleia Municipal; -----**
- 12 – Declarações no âmbito da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro; ---**
- 13 – Revisão do tarifário para o ano de 2024, no âmbito do Contrato**



  
Ana Cunha

**de Concessão de Exploração e Gestão dos Serviços Públicos Municipais de Abastecimento de Água e Saneamento do Concelho;** -----

**14 – Relatório de Atividades de 2023 da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Santa Maria da Feira;**-----

**15 – Pedido de suspensão do mandato de membro da Assembleia Municipal – Manuel Oliveira de Almeida.** -----

-----  
A Câmara Municipal fez-se representar, nesta sessão, pelo seu Presidente em exercício, Amadeu Albertino Marques Soares Albergaria, face à suspensão do mandato de Emídio Ferreira dos Santos Sousa, e pelos Vereadores Sónia Marisa Lopes Azevedo, António Gil Alves Ferreira, Ana Cristina Prego Simões Ozório, Mário Jorge de Castro Reis, Márcio Santos Correia, Sérgio Manuel Murteira Cirino, Maria Manuela de Jesus Ferreira Alves e Délio Manuel Ferreira Carquejo.-----

Não estiveram presentes os Vereadores Vitor Carlos Latourrette Marques e Ana Beatriz Soares Pereira da Silva. -----

-----  
A **Sra. Presidente da Assembleia** declarou aberta a sessão, começando por saudar todos os presentes bem como quem assistia à sessão via on-line. -----

Anunciou que a sessão se encontra a ser transmitida, em direto e remotamente, depreendendo que os eleitos prestam o seu consentimento para o efeito, informando, ainda, que iria circular uma declaração para ser subscrita pelo público presente, para, dessa forma, ser prestado o consentimento em cumprimento do Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (RGPD). -----

Informou que os membros Eva Lúcia Fernandes da Costa (PSD), Manuel Oliveira de Almeida (PS), Tiago de Oliveira Paiva (BE) e Carlos Ferreira Martins da Silva (IL) comunicaram não poder estar presentes nesta sessão,

---



pelo que, nos termos legais e regimentais, são substituídos pelos cidadãos imediatamente a seguir nas respetivas listas, do modo a seguir discriminado:-----

- Eva Costa: substituída pela Regina Maria Gonçalves da Silva,-----
- Manuel de Almeida: substituído pela Alexandra Patrícia Alves de Sousa,--
- Tiago Paiva: substituído pelo Eduardo Gabriel Baptista Couto (*uma vez que a cidadã imediatamente a seguir na ordem da respetiva lista – Bianca Santos de Almeida – fez comunicar à Mesa da impossibilidade de participar nesta sessão*),-----

• Carlos Martins: substituído pelo Daniel João dos Santos Moreira.-----  
Informou, ainda, da entrada na Mesa de 2 pedidos de delegação de representação para a presente sessão, formulados pelos Presidentes das seguintes Juntas de Freguesia:-----

- Argoncilhe: Manuel Pereira dos Santos (PSD) – delegou a representação na Secretária do Executivo: Sandra Maria da Silva Castro;-----
- União das Freguesias de Santa Maria da Feira, Travanca, Sanfins e Espargo: Fernando Luís Milheiro de Pinho Leão (PSD) – delegou a representação no Vogal do Executivo: Fernando Adriano de Sousa Pinho – *o qual entrou no decorrer da sessão.*-----

-----  
Sendo assim, encontravam-se presentes, no início da sessão, 43 dos 54 membros que compõem esta Assembleia Municipal, nomeadamente:-----  
*Pelo Partido Social Democrata (PSD):*-----

Cristina Manuela Cardoso Tenreiro; João Luís Almeida Cunha; Ana Rafael Lima Lamas Barros; Rodolfo Antero Oliveira Castro; Serafim Manuel da Rocha Guimarães; Rui Fernando Guedes Ribeiro; Joana Patrícia Fonseca da Silva; José Moreira de Jesus Castro; Jorge Manuel Fernandes Oliveira da Silva; Ana Patrícia Bastos da Cunha; Mário Jorge Soares da Silva Brito; António Perestrelo de Lima; Regina Maria Gonçalves da Silva; e os Presidentes, ou seus representantes, das Juntas de Freguesia de

---



---

Argoncilhe – Sandra Maria da Silva Castro; Arrifana – Ricardo Leite de Oliveira; Escapães – Minervina Ferreira da Silva Rocha; Fornos – César Jorge Pais Resende; Paços de Brandão – Avelino Carvalho Costa; Rio Meão – Maria da Conceição Fidalgo da Silva; Romariz – Nuno Joel Valente de Sousa Rocha; Santa Maria de Lamas – André Filipe Vivas Ramalho da Rocha; São João de Ver – Nuno João Marques Soares Albergaria; São Paio de Oleiros – Maximino Francisco da Costa; União das Freguesias de Caldas de São Jorge e Pigeiros – José Carlos Baptista Martins; e União das Freguesias de Canedo, Vale e Vila Maior – Paulo Fernando Marques de Oliveira, -----

*Pelo Partido Socialista (PS):*-----

Susana Alexandra Lopes Correia; Domingos Manuel da Silva Florim; Job Santos Silva; Rosa Maria Pinto da Silva; Daniel Tavares Gomes; Virgílio da Silva Ribeiro; Cláudio Alexander Brandão da Costa; Marco António Gomes Gonçalves; Alexandra Patrícia Alves de Sousa; e os Presidentes das Juntas de Freguesia de Nogueira da Regedoura – Rui Alves Rios; Sanguedo – Valdemar Alves da Silva; e União das Freguesias de São Miguel de Souto e Mosteirô – Francisco Manuel de Oliveira Andrade; -----

*Pelo Bloco de Esquerda (BE):* Eduardo Gabriel Baptista Couto; -----

*Pelo Partido Popular (CDS-PP):* Ângelo Manuel Andrade Santos; -----

*Pela Iniciativa Liberal (IL):* Daniel João dos Santos Moreira; -----

*Pelo Chega (CH):* Miguel Branco Santos Alves; -----

*Pela Coligação Democrática Unitária (CDU):* Carlos Miguel Moreira Cunha; --

*Independente (IND):* Manuel António Martins de Melo – Presidente da Junta de Freguesia de Milheirós de Poiares.-----

-----  
*Entraram no decorrer da sessão:* Carlos Eduardo Soares de Seixas (PSD); Jorge Manuel Ferreira Ferreira (PSD); Lia Andreia Cristóvão Ferreira (PS); Marco Aurélio Oliveira de Jesus (PS); Maria de Fátima Bastos Oliveira (PS); e os Presidentes, ou seus representantes, das Juntas de Freguesia de Fiães

---



– António Valdemar Fontes de Pinho Ribeiro (PSD); Lourosa – Armando de Fontes Teixeira (PSD); Mozelos – José Carlos Pinto da Silva (PSD); União das Freguesias de Santa Maria da Feira, Travanca, Sanfins e Espargo – Fernando Adriano de Sousa Pinho (PSD); e União das Freguesias de Lobão, Gião, Louredo e Guisande – David António Henriques das Neves (PS). -----

*Sra Cunha*

*Faltou à sessão, sem ser substituída:* Susana Daniela Ferreira da Silva (PSD). -----

Seguidamente, e na sequência do acordado pela Assembleia na sua sessão de 28 de dezembro de 2021, quanto à dispensa da leitura do documento relativo ao resumo do expediente, a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 19.º do Regimento, a Sra. Presidente da Assembleia informou que esse documento, que faz a súmula da correspondência recebida e emitida pela Mesa entre a última sessão ordinária, realizada nos dias 11 e 18 de dezembro de 2023, e a presente sessão, foi distribuído, por correio eletrónico, aos membros desta Assembleia.-----

Posto isto, a **Sra. Presidente da Assembleia** referiu que, no seguimento do deliberado na última sessão deste órgão, foi convocada a Comissão Executiva da Área Metropolitana do Porto para prestar esclarecimentos no âmbito da operação de transporte público rodoviário da Área Metropolitana do Porto (AMP), e que, no seguimento dessa convocatória, estão presentes nesta sessão, em representação da referida Comissão, a Primeira Secretária – Eng.<sup>a</sup> Ariana Pinho e os Secretários Dra. Ana Amorim e Dr. Miguel Oliveira, a quem agradeceu a presença e deu as boas vindas a esta Assembleia.-----

Informou que o assunto está inscrito no ponto n.º 1 do Período da Ordem do Dia, mas que foi acordado pela Comissão Permanente que o mesmo seja tratado de imediato, evitando que os referidos elementos tenham de



*Ino Ceito*  
aguardar por toda a discussão a ocorrer no Período de Antes da Ordem do Dia, propondo, ato contínuo, que a Assembleia passasse, de imediato, à discussão do ponto n.º 1 do Período da Ordem do Dia, submetendo esta proposta a votação do plenário. -----

E, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com 43 votos a favor (PSD:25, PS:12, BE, CDS-PP, IL, CH, CDU, IND), aprovar a proposta em referência, feita pela Sra. Presidente da Assembleia. -----

*Entraram os membros Jorge F. Ferreira, Maria de Fátima Oliveira, Marco Jesus, Carlos Seixas, Lia Ferreira, David Neves, António Valdemar Ribeiro, Fernando de Sousa Pinho, José Carlos Silva e Armando Teixeira.* -----

#### **PERÍODO DA ORDEM DO DIA** -----

##### **1 - Audição do Secretariado Executivo Metropolitano**-----

A **Sra. Presidente da Assembleia** apresentou o assunto em epígrafe, agendado no seguimento da deliberação tomada por este órgão, na sessão ordinária, realizada nos dias 11 e 18 de dezembro de 2023, que levou à convocatória do secretariado da Comissão Executiva da Área Metropolitana do Porto, através do ofício registado sob o n.º 894, em 16/01/2024, para prestar esclarecimentos no âmbito da operação de transporte público rodoviário da Área Metropolitana do Porto (doravante designada por AMP) – documento oportunamente disponibilizado aos membros desta Assembleia Municipal. -----

Posto isto, convidou a Eng.<sup>a</sup> Ariana Pinho a prestar os referidos esclarecimentos. -----

Usou da palavra a **Eng.<sup>a</sup> Ariana Pinho** que começou por dizer que esta é a quarta vez que a Comissão Executiva presta contas perante assembleias municipais, e percebendo os constrangimentos causados à população



apresenta um pedido de desculpas à população, no âmbito da operação de transporte público rodoviário da AMP.-----

*Ina Cunha*

Fazendo um breve enquadramento, disse que este processo teve início em 2017, com a abertura de um procedimento concursal para a contratação de serviços públicos de transportes por força da publicação de um regulamento que assim o impunha a partir de 2019. Referiu que, até então, operava um regime jurídico datado de 1948, com licenças provisórias, algumas das quais já nem correspondiam àquilo que tinha sido, de facto, licenciado. -----

Salientou que, em 2017, foram elaboradas as primeiras peças desenhadas, a proposta de rede, a qual foi submetida, no final de 2019, à aprovação do Conselho Metropolitano a abertura do procedimento do lançamento do concurso, a qual ocorreu no dia 16 de janeiro de 2020. Informou que, logo de imediato, se iniciaram as impugnações nos tribunais, pelo que apenas a 28 de fevereiro de 2022 é tomada a decisão de adjudicação aos concorrentes vencedores do concurso pela Comissão Executiva Metropolitana, a qual tinha iniciado funções em dezembro de 2021. -----


Deu nota que, uma vez mais, esse ato administrativo foi impugnado, tendo esse recurso efeito suspensivo, pelo que o procedimento esteve parado desde 2020 até 2022. Só depois foi possível retomar do procedimento e proceder à preparação de toda a documentação para efeitos de submissão a visto do Tribunal de Contas, o qual ocorreu no início de abril de 2023.-----

Realçou que o efeito do visto do Tribunal de Contas ocorre no 1.º dia útil do mês seguinte àquele em que é concedido, pelo que, só a partir do dia 1 de maio, contaria o prazo de 6 meses, previsto no próprio contrato, para preparar toda a operação. Em suma, por força do contrato, o início estava previsto para o dia 1 de novembro, data em que se gerava a caducidade das licenças provisórias, datadas de 1948, tendo-se, no entanto, adiado um mês, porque não estavam reunidas as condições para a operação.-----

Recordou que a operação se iniciou, mas que, como é do conhecimento de





  
Ina Cereia todos, não correu bem, devido a vários fatores, nomeadamente, a pandemia de Covid-19, o jugo do efeito suspensivo e das ações e informações que a AMP.-----

Afirmou que, de facto, a AMP constatou que a rede não estava de acordo com as necessidades das populações, o transporte escolar foi subavaliado e subdimensionado, sobretudo nos territórios afetos ao lote 5, o que trouxe um grande constrangimento. Informou que o contrato prevê uma variação de 10%, para mais ou para menos, dos quilómetros de rede inicialmente previstos, ao longo dos 7 anos do contrato, o que faz com que o operador tenha de dar resposta sem recurso ao ajuste para efeitos de equilíbrio financeiro. Disse que o aumento da rede no lote 5, neste momento, já vai em 9%, patamar que exige uma reavaliação da situação, porque os quilómetros a mais pagam-se. Reafirmou que o lote 5 é complicado, tendo em conta que 3 dos 5 municípios, são mais rurais, o que dificulta as ligações, não obstante, o operador ter conhecimento da situação quando concorreu.-----

Referiu que existiram constrangimentos semelhantes nos outros 4 lotes, mas os operadores têm uma estrutura mais preparada para a resposta, comentando que ter andado, às 5 da manhã, atrás dos autocarros, com os vereadores e com a operadora, para tentar resolver os problemas e sempre em colaboração dos municípios. Disse que, no lote 5, a AMP tem contado com o inestimável apoio dos municípios, e, no caso de Santa Maria da Feira, de todo o executivo, sobretudo da vereadora do setor da mobilidade e dos seus serviços, sublinhando que estes têm feito muito do trabalho com vista à correção da rede.-----

Salientou que a AMP tem 43 pessoas no seu total, mas que apenas 5, contando com ela própria, estão alocadas a este processo e a gerir um contrato de 350 milhões de euros, pelo que, quando se diz que esta operação correu 5 vezes pior do que a de Lisboa, responde que, muito se fez, sem desprimor pelo sofrimento causado às pessoas, porque Lisboa



Ina Cunha

tinha então uma empresa com 52 pessoas, detendo agora 103. Disse não ser seu apanágio escusar-se a responsabilidades, nem responsabilizar os outros, mas que, de facto, tem sido difícil lidar com a operadora do lote 5, que até tem no terreno pessoas dedicadas e que têm feito um trabalho de proximidade, mas cuja liderança não está em Portugal e, portanto, quem decide talvez não tenha sensibilidade para resolver os problemas. Referiu que, entretanto, o operador já contratou um diretor-geral, o que é um progresso no sentido da proximidade, mas ainda hoje ao receberem os horários de um dos municípios verificaram que duas das linhas estavam incorretos, trabalho que devolveram para ser refeito. -----

Salientou que a AMP está a analisar, do ponto de vista jurídico, os mecanismos a acionar para que o operador perceba que tem de ser sancionado, perante a falta de resposta a questões essenciais. -----


Relativamente ao conjunto da rede, referiu, em abono das pessoas que analisaram a rede e do próprio operador, que as condições que existiam no território eram más, e quando a AMP questionou os operadores anteriores sobre os horários do transporte escolar, a informação que obteve foi a de que os motoristas os conheciam. -----

Disse que outra situação difícil foi a falta de bilhética, razão pela qual se procedeu ao adiamento da entrada em funções do próprio processo. Referiu que a aplicação informática que faz a gestão do sistema Andante é uma componente essencial do processo, mas que por ter sofrido alguns melhoramentos, acabou por ser entregue aos operadores apenas a 26 de dezembro, um mês depois do previsto. -----

Concluindo a sua intervenção disse que, desde meados de fevereiro, o sistema da bilhética já está a funcionar, incluindo com a validação dos bilhetes. -----

Feitas as inscrições à Mesa para a colocação de questões, a Sra. Presidente da Assembleia passou a palavra ao membro Carlos Cunha. -----



  
Interveio o membro **Carlos Cunha** (CDU) que começou por dizer que a AMP teve muito tempo para organizar os procedimentos, mas não o fez com a importância que mereciam, comentando que o processo se iniciou com muitos constrangimentos em 2017, muitos dos quais subsistem.-----

Referiu que o importante é resolver a situação, não colocando o foco nas questões burocráticas, mas no serviço à população, porque, neste momento, existem trabalhadores que demoram 3 horas a chegar a casa depois de um dia de trabalho, e o transporte escolar não funciona, questionando qual é a função da empresa fiscalizadora da Unir.-----

Questionou se foi feito algum estudo para definir as rotas, comentando que a AMP se focou na burocracia, no bloqueio dos tribunais, mas que faltou fazer o trabalho no terreno.-----

Concluiu, referindo ter consultado o site da Unir e constatado que o mesmo indica que os horários foram fornecidos pela Câmara de Santa Maria da Feira.-----

-----  
Interveio o membro **Miguel Branco** (CH) dizendo que a Eng.<sup>a</sup> Ariana Pinho aludira à morosidade do processo, às muitas impugnações e suspensões, e até que as licenças datavam de 1948, sublinhando que, apesar desses argumentos, os transportes funcionavam e os alunos chegavam atempadamente ao destino.-----

Questionou se o operador que ganhou o lote conhece o território de Santa Maria da Feira, as suas fronteiras e se percorreu os seus 31 quilómetros de diâmetro, porque, no seu entender, os motoristas do operador não conhecem as estradas do Concelho.-----

Sobre ser uma operação de 350 milhões de euros, que envolve 16 municípios e, ainda assim, a AMP só ter 5 técnicos alocados ao processo, disse não perceber a razão pela qual a AMP não contrata mais recursos humanos, para evitar os problemas, os quais, inexistiam antes desta operação.-----

---



Ina Cunha

Referiu que gostaria de saber qual é o ponto de situação, neste momento, se os constrangimentos que existiam se mantêm, e em caso afirmativo, para quando a sua correção. -----

Questionou qual é a percentagem de transportes que são específicos para oferta escolar, e se vai existir alguma loja no concelho, para a venda do passe, comentando que existem muitas freguesias, com distâncias muito díspares. -----

-----  
Interveio o membro **Daniel Santos** (IL) dizendo que a Eng.<sup>a</sup> Ariana Pinho referira que a AMP consegue gerir os problemas dos outros lotes, mas não o de Santa Maria da Feira, questionando qual o motivo, apesar da colaboração da Câmara.-----

Salientou que a Sra. Eng.<sup>a</sup> referira ainda que a responsabilidade era da operadora, o que até acredita, mas já estranha que se tenha adjudicado o lote a uma empresa que não tem sede em Portugal, preocupação presente aquando do lançamento do concurso. Questionou ainda a quem se devem as informações relativamente aos horários escolares. -----

Sobre as licenças datarem de 1948, salientou que a situação era, nitidamente, melhor do que a atual, acrescentando que, pelo menos, as pessoas sabiam quando entravam no autocarro que o motorista conhecia o destino.-----

Em relação às responsabilidades disse que, no seu entender, a responsabilidade é do operador e, em último caso, dos motoristas do operador antigo, que não souberam transmitir as informações corretas ao atual operador.-----

Salientou que a IL tem estado muito atenta às redes sociais, tendo visualizado uma publicação da Câmara alusiva à Unir, que mais parecia uma ode, e, quando surgiram os constrangimentos, a Câmara imediatamente a substituiu, por outra, indicando o link, para remessa das queixas à Área Metropolitana do Porto.-----

---



*do Concelho*

Finalizando, disse não ter concluído quem é que fica com os louros pelo que correu bem e quem é que fica com as responsabilidades.-----

Interveio o membro **Ângelo Santos** (CDS-PP) dizendo que as licenças de 1948 podiam não estar atualizadas, mas que os transportes funcionavam, questionando qual o critério de modernidade usado, que só veio piorar o que existia. -----

Salientou que os cartões do Andante estão à disposição há cerca de 2 ou 3 anos, mas que as empresas que operavam no Concelho não tinham os validadores e, portanto, a população não podia usufruir dos mesmos. Acrescentou que foi feito um concurso público, para que fosse possível usufruir da tecnologia e dos benefícios, estranhamente, isso não aconteceu. -----

Insistiu no critério para suprimir diversas linhas, levando a que as existentes não consigam cumprir os horários necessários, e as pessoas não consigam chegar ao local de trabalho atempadamente, questionando a quem se pode atribuir a responsabilidade.-----

Frisou que as pessoas pagam os seus impostos, usufruindo dos serviços criados com o dinheiro de todos, perguntando, uma vez mais, se não vai haver culpas, se o contrato não vai ser suspenso e se não vai haver lugar a indemnizações.-----

Interveio o membro **Eduardo Couto** (BE) dizendo que o BE tinha razão em solicitar a presença dos membros da Comissão Executiva Metropolitana do Porto a esta Assembleia Municipal, salientando que o BE tem um histórico, por toda a AMP, na defesa dos utentes da Unir e de toda a população que precisa de transportes públicos. -----

Referiu que, no concelho, com a representação que o BE tem na Assembleia de Freguesia de Fiães, aprovou-se, por unanimidade, um inquérito à população sobre os temas mencionados nesta sessão, bem



João Cunha

como sobre as eventuais propostas de melhorias no acesso à rede Unir, comentando que, no seu entendimento, o Município deve e pode replicar este exemplo. -----

Quanto às questões a colocar à Comissão Executiva, disse que, nesta Assembleia, o Presidente da Câmara referiu-se à gestão da Área Metropolitana do Porto, no caso, da Comissão Executiva, como incompetente, e que tinham sido encaminhados mais de 400 e-mails para a AMP, questionando quais as respostas dadas e respetivo teor. -----

Questionou, ainda, quais as alterações respeitantes às novas rotas a serem integradas na Unir, se foram enviadas para a Câmara, e porque é que não foram consideradas no início da operação. -----

Perguntou também porque é que só estão 5 pessoas afetas ao processo, que critério presidiu à afetação do pessoal já que é reconhecida a sua insuficiência. -----

Questionou quais foram as impugnações feitas relativamente ao território de Santa Maria da Feira, e como é que é possível, em 2024, ainda existir um modelo de procura de linhas via pdf, no Google Drive, comentando que isso não faz qualquer sentido.-----

De seguida, disse não ser concebível que os motoristas não conheçam as rotas e não estejam aptos para dar informações básicas aos utentes, perguntando o que falhou na formação destes profissionais.-----

Aludiu, ainda, ao facto de a rede Unir continuar a utilizar, a par de uma outra empresa privada, as ruas das freguesias como parques de estacionamento, questionando quando o deixarão de fazer e, conseqüentemente, de criar dificuldades de mobilidade pelo Concelho.-----

Questionou, também, porque é que os autocarros continuam a ter letreiros em sueco, se é uma sátira, e se não houve tempo para os eliminar. -----

Concluindo, perguntou porque é que não há qualquer linha de contacto entre Santa Maria da Feira, Gaia e Porto, em horários noturnos, e porque é que são tão escassas as respostas de linhas de autocarros aos fins de



semana, no contexto de Santa Maria da Feira.-----

-----  
Interveio a deputada municipal **Susana Correia** (PS) que começou por referir, no âmbito da matéria, que as grandes preocupações que foram sendo transmitidas pelos utentes da rede Unir, foram colocadas ao Sr. Presidente da Câmara na sessão realizada por esta Assembleia no passado mês de dezembro, o qual respondeu que antevia algumas dificuldades no arranque da operação, dada a grande dimensão da mesma, mas que nunca pensou que a falta de preparação fosse tão grande, tendo acrescentado que a Câmara estava absolutamente indignada com a incompetência que a Área Metropolitana do Porto mostrou neste processo. Salientou que, assim, esta Assembleia mais não podia fazer do que querer ouvir, na primeira voz, a Área Metropolitana, sobre este processo. -----

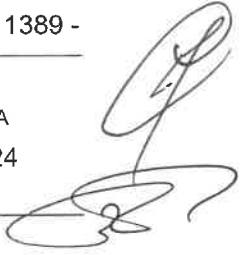
Referiu que o processo ainda está com grandes dificuldades no terreno, e que, pela informação que o PS tem, oriunda dos utentes do lote 5, os mesmos ainda não têm horários disponíveis, o que implica uma grande dificuldade a quem usa o transporte coletivo todos os dias, e não faz apenas um passeio para perceber como é que as coisas estão a correr. -----

Sobre a informação dada pela Eng.<sup>a</sup> Ariana Pinho, de que já há um aumento de 9% da rede do lote em referência, questionou o que faltou no planeamento, bem como o que é que se pode dizer aos feirenses, para o futuro, designadamente, sobre como e quando vão ser resolvidos os problemas. -----

Disse que esta Assembleia Municipal também aprovou a criação da empresa metropolitana de transportes, e, nesse âmbito, questiona se a mesma vai, ou não, funcionar. -----

Concluindo, disse que a preocupação do PS é mesmo quanto ao futuro, para o fim dos incómodos, e para que a rede seja, efetivamente, a resposta para a qual foi anunciada, que é a eficiência e a qualidade do transporte coletivo de passageiros.-----

---



João Cunha

Interveio o membro **João Cunha** (PSD) que começou por dar nota que a Câmara Municipal, e o grupo municipal do PSD, estão e estarão ao lado de todas as pessoas que, nos últimos meses, têm lutado e ajudado, de diversas formas, para a melhoria da situação, dizendo estar a falar dos agrupamentos escolares, dos técnicos, dos pais, da Câmara, das juntas de freguesia, entre outros, desde a pessoa singular à pessoa coletiva. -----

Salientou que, ao PSD, não importa, neste momento, encontrar culpados e procurar responsabilidades, mas sim resolver o problema dos feirenses e, mais concretamente, resolver o problema do transporte da Unir. -----

De seguida, e com este enquadramento, disse ter três questões a colocar, a primeira, será para perguntar à Comissão Executiva Metropolitana qual o prazo previsto para a organização, validação e publicitação de todos os horários. -----

Questionou, em segundo lugar, qual o prazo a garantir pela Comissão para que todos os autocarros e recursos humanos necessários estejam prontos para operar dentro dos horários disponíveis e publicados. -----

Por último, perguntou qual o prazo em que será disponibilizada a informação atualizada das linhas, ou o layout, para ser colocada nos postaletes. -----

-----  
Usou da palavra a **Eng.ª Ariana Pinho** para responder às questões colocadas, e, começando pela intervenção efetuada pelo membro Carlos Cunha, disse que, provavelmente, se expressou mal e, portanto, não conseguiu passar muitas das mensagens como pretendia. -----

Explicou que, de 2017 até agora, a AMP não pôde mexer muito no processo, pois cada alteração e cada declaração, provocavam mais impugnações, porque o objetivo dos operadores era extinguir o concurso e, por força disso, a AMP teria um problema muito maior do que aquele que tem neste momento. -----

De seguida, clarificou que a Unir não é uma empresa, mas sim uma marca.

---





Sobre a empresa metropolitana de transportes, disse que anseia que seja criada e que perspectiva que entre em funcionamento ainda no decorrer de 2024. -----

Afirmou assumir a responsabilidade de todo este processo, pelo que a incompetência não será dos seus colegas, mas dela própria, reforçando que, se há incompetência na AMP, é dela e de mais ninguém, e por isso é que está a dar a cara. -----

Fez notar que, de facto, está em causa com contrato de 350 milhões de euros, com 42 milhões de quilómetros por ano, e que precisa de uma empresa com um quadro de técnicos superiores e profissionais da área, à semelhança do que acontece em Lisboa. Garantiu não ser responsabilidade da Comissão Executiva a (in)existência da empresa, mas que a mesma vai ser uma mais-valia, pese embora não se possa esperar por ela para resolver os problemas. -----

Relativamente às rotas, salientou que a rede foi elaborada por técnicos competentes, da área da AMP, com base no levantamento das licenças provisórias. Realçou que, como disse na primeira intervenção, a AMP chegou à conclusão que, o que acontecia no terreno, já não tinha correspondência com as licenças provisórias autorizadas em 1948, havendo um forte desfasamento, com a agravante, de que o município, onde a AMP tinha menos informação, era o de Santa Maria da Feira, porque o operador anterior não tinha o sistema Andante, o qual serviu de base de informação à AMP. Sobre a crítica de que o sistema Andante agora está pior, frisou que, neste momento, está a funcionar, e não funcionava nas licenças de 1948 porque a operadora a ele não aderira, acrescentando que a aplicação do telemóvel Anda também está a operar e a validar, dispensando o sistema de bilhética, pelo que conclui que, neste momento, na rede em geral do lote 5, já funciona o Andante. -----

Relativamente à questão de que, anteriormente, as coisas funcionavam, afirmou ser provável que o sistema estivesse a funcionar no terreno, mas



não tinha a mínima correspondência com as citadas licenças. Realçou que, neste lote 5, era ainda mais difícil de avaliar, se o que estava licenciado era o que estava a ocorrer no terreno, pela ausência de um sistema de validação. -----

Sobre a questão colocada pelo membro Daniel Santos, da IL, em relação à localização do operador, realçou que é uma questão de mercado pois tratava-se de um concurso internacional. Referiu que a obrigatoriedade que advém do contrato é que o operador tenha uma estrutura local, informando que o lote 2 é gerido por um operador espanhol, que detém essa estrutura, nomeadamente, um diretor de operações e um diretor-geral, sediados em Portugal, salientando que é isso que falta ao operador do lote 5. -----

Prosseguindo, disse que quando a AMP percebeu e questionou porque é que não havia horários publicados no site do antigo operador, a resposta que obteve foi que os motoristas os conheciam, o que se está a tentar reverter, pelo que logo que a rede esteja estabilizada, se avança para os postaletes. Reforçou que uma das mais-valias deste processo é que todos os operadores têm de ter o Andante, o que, para além de ser melhor para os cidadãos, também permite ter um controlo da rede, com a aplicação informática que já referiu, que vai permitir saber se o serviço é feito, se não é feito, se cumpre horário ou não, e outras informações, impossíveis de obter no passado. -----

No respeitante à questão da loja, disse julgar que o processo da loja será mais uma relação entre a entidade que faz a gestão do Andante, que, neste caso, é a Transportes Intermodais do Porto (doravante designado por TIP), e o Município. Disse julgar que essa questão está a ser ultimada, acrescentando que o TIP, do ponto de vista jurídico, pode assumir essa responsabilidade, esclarecendo ainda que, nos termos da legislação da criação das empresas metropolitanas, com o visto do Tribunal de Contas e o registo da empresa, o TIP extingue-se e integra-se aquela empresa.

*João Cunha*



*Inês Cunha*

Explicou que, tendo sido feito um estudo económico-financeiro para a viabilização da empresa, é natural que todas estas operações do TIP sejam restritas, no sentido de acautelar e acomodar os atuais compromissos com as futuras operações da nova empresa, entendendo ser vantajoso integrar na mesma empresa de todo o sistema, desde a gestão da operação até à bilhética. -----

Fez ainda notar que, neste momento, os cidadãos da Área Metropolitana, a única coisa que precisam de comprar numa loja Andante é o 1.º cartão do passe, pois, a partir daí, podem validar o passe numa loja Payshop, as quais se encontram disseminadas pelo concelho e estão listadas no site da Unir. Afirmou que, nas Payshops, pode ser comprado e carregado o cartão azul, bem como carregado o passe, prevendo-se, de futuro, a compra deste online. -----

Em relação aos recursos humanos afetas ao processo, deu nota que já ficaram desertos alguns concursos lançados para a contratação de pessoal, pois, sendo a Área Metropolitana uma estrutura da Administração Pública, o vencimento não é muito aliciante para os técnicos especializados na área dos transportes, por comparação com o setor privado. -----

Quanto à afirmação que fez, sobre andar às 5 da manhã a acompanhar a situação, disse não o ter feito para pedir compaixão, fê-lo por ser necessário, ir para o terreno, ver e resolver os problemas. -----

Sobre a cooperação do Município, revelou que ela existe desde o primeiro dia, numa tentativa constante de problemas, comentando que alguns já foram resolvidos, esperando maior disponibilidade e abertura do operador do lote 5, para resolver os demais. -----

Ainda sobre os horários escolares, disse ser um trabalho em desenvolvimento, que tem contado com o excelente empenho do senhor vereador da Educação, o qual está em permanente diálogo com a AMP no reporte e solução dos problemas. -----

Assumindo que a questão do transporte escolar foi subavaliada, salientou



Ino Cunha

que, no primeiro mês, o número de reclamações foi terrível, mas que, ultimamente, tal não sucede. Salientou que o transporte escolar foi a maior preocupação da AMP, em todos os lotes e em todos os municípios, para que as crianças chegassem à escola, isto, sem desvalorizar as deslocações das pessoas para o seu local de trabalho. Realçou que, de momento, e até com algum ónus para a Câmara Municipal, o transporte para as escolas está mais ou menos resolvido, informando que, por sugestão do senhor vereador da Educação, será feito um ponto de situação em reunião com os pais e com os agrupamentos escolares. -----

Relativamente à questão da informação estar em formato pdf, salientou que a plataforma está a ser preparada para fornecer informação para todas as API's, acrescentando que, para tal, a AMP já contactou a Google e outros operadores informáticos. Disse reconhecer que é difícil, para quem desconhece a paragem e a linha, procurar os horários, salientando que a AMP está a tentar disponibilizar e atualizar os horários. -----

Quanto à questão dos motoristas, disse que o lote 5 ficou com muitos dos trabalhadores dos anteriores operadores, o que facilita a resposta, mas que também há alguns estrangeiros, os quais, obviamente, têm alguma dificuldade, nos primeiros tempos, em apreender as rotas. Salientou que esta situação decorre da data prevista para o início da operação, comentando que o ideal teria sido um adiamento pelo período de 6 meses, todavia a situação dos motoristas está já ultrapassada porque o quadro de pessoal está estabilizado. -----

Informou, ainda, que o lote 5 já tem mais autocarros do que o inicialmente previsto, e que estão a ser licenciados novos autocarros, salientando que o parte do material a circular é melhor do que o usado no passado. Fez notar que há cerca de 10 veículos que vão ser abatidos, mas que já há mais autocarros na operação do que o que estava contratualizado com o operador, por força do que referiu sobre o aumento da rede. -----

Quanto à questão da informação em sueco, concorda que foi uma falha



grave, informando que o operador já a eliminou. -----

Relativamente aos horários noturnos, disse já estarem disponíveis em alguns municípios, sobretudo nas zonas com shoppings e em outras situações pontuais, esclarecendo que a adequação da rede à realidade precisa de ser revista porque não é viável ter autocarros de 52 lugares para transportar duas pessoas. -----

Referiu que, de momento, os horários não satisfazem tudo o que é pretendido, que é ter uma rede de transporte plena, para ser utilizada até fora da necessidade habitual do trabalho, contemplando os tempos de lazer, mas que, neste momento, a urgência é a resposta aos horários diurnos. -----

Sobre a questão do compromisso e dos prazos, fez notar que quando referiu que no lote 5 há uma grande responsabilidade do operador, é precisamente porque a maior angústia é não ter respostas. -----

Concluindo, informou que o contrato prevê na cláusula n.º 40 que, ao 1.º dia do 14.º mês, seja feita a avaliação face aos indicadores previstos no respetivo anexo, o que em termos jurídicos parece apontar para a análise dos 13 meses de adaptação, prevendo ao 14.º mês a aplicação de sanções ao operador, caso não tenha dado resposta às situações. -----

De seguida, usou da palavra o **Sr. Presidente da Câmara**, referindo, dirigindo-se ao secretariado executivo metropolitano, que o que está em discussão são as preocupações das diferentes sensibilidades que compõem esta Assembleia Municipal e que, descontando aquelas que são as legítimas posições e análises partidárias, elas refletem, o sentir, as preocupações, as angústias e os prejuízos das populações. -----

A esse propósito, referiu ser característica deste município que, quando alguma situação se torna tão preocupante, como é o caso, se une e envolve todo o município, para que seja resolvida, o mais brevemente possível. Reforçou que esta sessão do órgão deliberativo reflete esta tradição



*Ara Cunha*

municipal, reproduzida pelos diferentes partidos que o compõem. -----

Continuou dizendo que a Câmara tem acompanhado o sentir das populações, não fez nenhuma ode à Unir, criando, em conjunto com as juntas de freguesia, uma operação de logística inicialmente para informar a população, evoluindo depois para outras formas de resposta e ajuda. Transmitiu que foi assim que se criou uma linha de atendimento e de informação ao utente, e se disponibilizaram 3 técnicos do atendimento municipal, 5 técnicos do gabinete de transportes e mobilidade, 5 técnicos da área escolar, 3 técnicos da unidade de gestão de frotas e equipamentos, revelando que a Interface de Lourosa/Fiães, constitui uma plataforma decisiva no apoio aos utentes e reiterando a grande colaboração prestada pelas juntas de freguesia. -----

Informou que a Câmara está a disponibilizar circuitos especiais, e, num trabalho conjunto com as juntas de freguesias e com as associações de pais, tem estado a monitorizar as paragens, bem como tudo o que acontece na Interface de Lourosa/Fiães. -----


Deu nota que já foram recebidas cerca de 1000 chamadas, as quais reportam as queixas dos munícipes sobre a Unir, assim como mais de 800 e-mails, para além do que sofreram, sem culpa, os funcionários das juntas de freguesia, dos agrupamentos de escolas e do Interface. -----

Disse, de forma resumida, que das 94 linhas que operam no concelho, 46 funcionam sem problemas e 10 linhas estão já a circular em todos os horários solicitados, concluindo que 56 das 94 linhas não dão problemas. Acrescentou que, no entanto, 28 linhas continuam a não circular nos horários solicitados, dando nota que a afinação dos horários é feita de acordo com as queixas, especialmente, as reportadas pelos estudantes, e que, em 12 linhas, ainda não se cumpre todos os horários, subsistindo algumas dificuldades. -----

Informou que, em termos de lojas, existem 26 Payshop espalhadas pelo território, para além do atendimento municipal e, pretendendo este

---



  
Ana Cunha  
Executivo melhorar a oferta vai tentar criar um posto na Interface de Lourosa/Fiães.-----

Continuando, disse que o Município tem pressionado para que, num curto espaço de tempo, a esmagadora maioria dos constrangimentos estejam ultrapassados, que os horários sejam disponibilizados à população e que os autocarros em falta entrem em funcionamento. Referiu que tais medidas são fundamentais para que ninguém fique à espera na paragem de autocarro, com os prejuízos e transtornos que isso causa. Reiterou que, de momento, mais do que assacar responsabilidades, que a seu tempo serão analisadas, importa resolver estes constrangimentos, como a Câmara o fez recorrendo a transportes especiais. -----

Sublinhou que, como nem todos os problemas das escolas e dos alunos estão resolvidos, a Câmara vai continuar a tentar resolvê-los, na expectativa de que é temporário, mas que isto não leve a operadora a vir dizer, no futuro, que o problema está resolvido, até pelo custo suportado pelo erário municipal. Referiu ainda que, a partir de março, o Município não deixará de ser mais exigente com a AMP, por força do recurso às cláusulas jurídicas que obrigam o operador ao cumprimento integral do contrato de concessão. -----

Concluindo, disse que era este enquadramento que queria dar, para que se perceba o ponto de situação e o trabalho diário realizado, dando garantias de que se está ao lado das populações, como tem estado, para resolver alguns dos constrangimentos e exigindo que a situação seja, rapidamente, ultrapassada.-----

-----  
A **Sra. Presidente da Assembleia** disse reiterar as palavras que foram proferidas, por toda a Assembleia, porque todos os diferentes grupos municipais, manifestaram a dor e o sofrimento dos munícipes provocadas pelo funcionamento dos transportes. Referiu que a mobilidade é essencial para o desenvolvimento económico e social da comunidade, e, por isso,

---



*Sra. Cunha*

esta Assembleia apela à máxima atenção e cuidado, solicitando ao secretariado executivo metropolitano que leve as preocupações hoje manifestadas, para serem sanadas, o mais rápido possível, pois os jovens, crianças e idosos deste concelho necessitam urgentemente do transporte. -- Por fim, agradeceu aos senhores secretários por estarem presentes nesta sessão e pelos esclarecimentos prestados. -----

**PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

A **Sra. Presidente da Assembleia**, introduzindo este período, informou da existência de 4 documentos para serem apreciados – 1 voto de repúdio do PS, 1 moção e 1 voto de condenação do BE e 1 voto de saudação da CDU – os quais, nos termos regimentais, foram remetidos aos serviços de apoio ao funcionamento deste Órgão, bem como enviados, por correio eletrónico, aos membros desta Assembleia. Feitas as inscrições à Mesa, passou a palavra à deputada municipal Susana Correia. -----

Interveio a deputada municipal **Susana Correia** (PS) que apresentou e explanou o documento que, seguidamente, se transcreve:-----

“VOTO DE REPÚDIO PELAS INFRAÇÕES COMETIDAS PELA CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DA FEIRA -----

Exma. Sra. Presidente da Assembleia Municipal,-----

Dra. Cristina Tenreiro,-----

O ato de apresentar um voto de censura ou de repúdio a uma conduta ou a uma decisão tomada por um órgão eleito pelo voto dos cidadãos, em eleições livres, é algo que nos mereceu grande ponderação. Representa a nossa expressão democrática de descontentamento, de condenação pela ação política levada a cabo pelo executivo municipal PSD, devido a uma publicação oficial da autarquia que anunciava a retirada da presidência do então presidente da Câmara Municipal (suspensão de mandato), Emidio Sousa, e a candidatura pela AD (Aliança Democrática), nas próximas





*João Cunha*

eleições legislativas. -----

Usar a página oficial das redes sociais do município, viola o dever de imparcialidade e de neutralidade que o órgão, câmara municipal, tem o dever de garantir e preservar, em qualquer circunstância. -----

A Comissão Nacional de Eleições (CNE), deliberou, notificando o município para a retirada da publicação, “sob pena de cometer o crime de desobediência”. -----

O despacho determina ainda que, “no termo do processo eleitoral, voltem a plenário os autos para pronúncia da existência de indícios da prática do crime de violação dos deveres de neutralidade e imparcialidade a que as entidades públicas e seus titulares estão sujeitos”. -----

É preciso repensar a forma como a câmara municipal de Santa Maria da Feira, enquanto organismo público, usa os meios públicos para servir interesses pessoais, sejam de promoção da imagem, da notoriedade ou da divulgação de interesses de índole pessoal, não representando a defesa de interesses da população e do superior interesse coletivo. -----

O executivo municipal tem o dever de pugnar para que, de forma equitativa, transparente e justa, ao abrigo das normas legais e éticas que regem os organismos públicos e os seus representantes, salvguarde a autarquia de procedimentos que violem a lei. -----

Vem assim, o grupo municipal do Partido Socialista, em sessão ordinária de 17 de fevereiro de 2024, propor um voto de repúdio ao executivo municipal PSD e recomendar a melhoria de procedimentos, no que respeita: -----

1) Ao uso dos meios do município que devem servir exclusivamente a causa pública e os reais interesses dos cidadãos; -----

2) Melhorar os procedimentos de promoção e de divulgação dos eventos e atividades da autarquia de forma que a captação e a divulgação de imagens e informações, assegure o dever de imparcialidade, neutralidade e transparência que impendem sobre as entidades públicas; -----



Ina Cunha

3) Melhorar os procedimentos levados a cabo pelo município de forma a garantir a igualdade de oportunidades e de tratamento aos eleitos e representantes dos cidadãos.-----

Pelos deputados do Grupo Municipal do Partido Socialista.” -----

-----  
Interveio o membro **Eduardo Couto** (BE) que apresentou e explanou os documentos que, seguidamente, se transcrevem: -----

“MOÇÃO: ATRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA DA TARIFA SOCIAL DA ÁGUA-----

A Deco Proteste publicou recentemente uma análise das assimetrias nas tarifas globais associadas ao abastecimento de água, saneamento e recolha de resíduos registadas a junho de 2023. A peça é intitulada “Preço da água sem Lei” e nela Santa Maria da Feira aparece mencionada 3 vezes. Na primeira menção surge no top-7 dos municípios com maior aumento da fatura global registado em 2023. Na segunda, no top-3 nacional dos concelhos com a fatura global mais elevada para um consumo anual de 180 m<sup>3</sup>. Na terceira menção, surge como um dos municípios onde os preços elevados não estão associados aos investimentos feitos na rede de abastecimento de água e saneamento. A ERSAR, entidade reguladora dos serviços de águas e resíduos, tem sido crítica do modelo de concessão praticado em vários concelhos (Santa Maria da Feira incluída) por considerar que este modelo promove injustiças e assimetrias no acesso a um bem essencial para a vida. Para 2024, o panorama em Santa Maria da Feira não vai melhorar, com aumentos anunciados de 4,5% no preço do abastecimento de água no 1.º escalão (até 5m<sup>3</sup> mensais) e de 3.9% no 2.º escalão. Necessitamos que os políticos locais tenham a coragem de abrir o debate sobre a remunicipalização da água no nosso concelho e de uma vez por todas a Tarifa social automática na fatura da água. Emídio Sousa bloqueou por várias vezes esta reivindicação, de forma injustificável e inaceitável. Aos agregados com rendimentos mais frágeis, as medidas preconizadas no decreto-lei n.º 147/2017, de 5 de dezembro, não servem a

---



todos por igual, e em Santa Maria da Feira, a responsabilidade é dos executivos liderados pelo PSD. -----

Os Feirenses vivem com dificuldades económicas cada vez maiores, tendo perdido uma parte substancial do rendimento, o que torna o custo de vida incomportável. Neste contexto, é importante que o papel das autarquias seja cada vez mais ativo na defesa dos seus munícipes atuando como linha da frente nas respostas sociais que são da sua competência. -----

A instituição de uma Tarifa Social da Água, Saneamento e Resíduos foi uma medida importante para muitas famílias carenciadas, isentando-as do pagamento de tarifas fixas e aumentando a quantidade de água definida como primeiro escalão de consumo. -----

Contudo, a aplicação desta tarifa social ainda é dependente de um moroso e complexo processo burocrático, dependente da iniciativa dos consumidores, fazendo com que o número de beneficiários seja manifestamente inferior ao universo potencial de pessoas singulares e agregados familiares elegíveis para esta tarifa de valor reduzido. -----

No entanto, está disponível, através da Direção Geral da Administração Local, a adesão ao mecanismo público da Plataforma de Interoperabilidade, que permite a aplicação automática do desconto da tarifa social nas faturas de todos os agregados com vulnerabilidade económica identificados no município com base nos dados da Autoridade Tributária e da Segurança Social, tal como já sucede na atribuição da tarifa social da energia. -----

A entidade reguladora dos setores da água e resíduos (ERSAR), já em 2018, em Recomendação aos municípios, realçou a “clara vantagem, para as partes envolvidas, da atribuição automática da tarifa social a todos os consumidores elegíveis nos termos legalmente definidos, e que correspondem a pessoas singulares que se encontrem em situação de carência económica, tomando por referência, nomeadamente, serem beneficiários do complemento solidário para idosos, do rendimento social de inserção, do subsídio social de desemprego, do abono de família, da



Ana Cunha

pensão social de invalidez, da pensão social de velhice ou pertencerem a um agregado familiar que tenha um rendimento anual igual ou inferior a 5.808 €, acrescido de 50% por cada elemento do agregado familiar que não aufera qualquer rendimento, até ao máximo de 10. -----

O Decreto-Lei n.º 147/2017 estabeleceu o regime de atribuição de tarifa social, a atribuir pelo município territorialmente competente e a aplicar a clientes finais do fornecimento dos serviços de águas. O referido decreto possibilita que a atribuição desta tarifa se proceda de forma automática, não carecendo de pedido ou requerimento. -----

Para esse efeito, os municípios obtêm a informação sobre a elegibilidade dos potenciais beneficiários, mediante o número de identificação fiscal do titular do contrato e do código do local de consumo, através da DGAL, que para este efeito consulta os serviços competentes da Segurança Social e da Autoridade Tributária e Aduaneira. -----

No município de Santa Maria da Feira, a automatização da Tarifa Social da Água poderá beneficiar mais de 10 mil agregados familiares, segundo dados dos atuais beneficiários da Tarifa Social da Energia no concelho, uma vez que a automatização implica que o município use os mesmos critérios de atribuição da Tarifa Social da Energia para a atribuição da Tarifa Social da Água. -----

Pelo acima exposto, a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, reunida em sessão ordinária de 16 de fevereiro de 2024, delibera:-----

Que a Câmara Municipal de Santa Maria da Feira proceda à atribuição da Tarifa Social da Água automática através dos mecanismos previstos para o efeito, dispensando a apresentação de requerimento, nos termos do Decreto-Lei n.º 147/2017.” -----

-----  
“VOTO DE CONDENAÇÃO DOS CRIMES DE PUNIÇÃO COLETIVA E GENOCÍDIO COMETIDOS PELO ESTADO DE ISRAEL CONTRA O POVO PALESTINIANO-----

O crime de genocídio está definido pelo artigo 6.º do Estatuto de Roma do

---



Tribunal Penal Internacional e, tal como refere o historiador israelita Raz Segal, professor de estudos do Holocausto e de genocídio na Universidade de Estocolmo, o presente ataque do Estado de Israel contra a Faixa de Gaza corresponde a “um caso clássico de genocídio a desenrolar-se à frente dos nossos olhos”.

O chefe do governo israelita, Benjamin Netanyahu, dirigiu-se diretamente aos “residentes de Gaza”, uma região com todas as suas fronteiras fechadas por imposição israelita: “saíam agora, porque nós atuaremos pela força em todo o lado”. Só na primeira semana de retaliação, o Estado de Israel lançou cerca de seis mil bombas sobre Gaza, quase tantas quantas as que a NATO utilizou durante toda a guerra na Líbia. A Human Rights Watch confirma o uso de fósforo branco, munição de uso proibido em áreas de grande densidade populacional. Ao mesmo tempo, desde 9 de outubro, o governo de Israel impõe um cerco total àquela população, impedindo a circulação nas fronteiras, privando-a assim de possibilidade de fuga, bem como de acesso a energia, comida, água e qualquer outro bem de primeira necessidade.

Esta atuação constitui uma forma de punição coletiva pelos atos de terror conduzidos sob comando do Hamas no dia 7 de outubro e que provocaram a morte de mais de 1300 pessoas, entre elas numerosos civis inocentes, no que constitui um crime de guerra condenável a todos os títulos. Ora, também a punição coletiva está definida pelas Convenções de Genebra como crime de guerra. A Faixa de Gaza é habitada por dois milhões de pessoas, metade das quais são crianças. Cerca de um milhão de pessoas perderam ou tiveram de abandonar as suas casas. Até à tarde de 13 de fevereiro de 2024, o Ministério da Saúde palestiano confirmou a morte de mais de 28.000 pessoas com cerca de 68.000 feridos. A política de genocídio israelita é inegável quando relatos de ataques a campos de refugiados bem como a zonas para onde o povo palestiano foi forçosamente deslocada pelo exército israelita são uma constante.



Ana Cunha

A par destes crimes verifica-se também a intensificação das expedições punitivas e dos assassinatos cometidos em Jerusalém Oriental e na Cisjordânia pelas forças militares israelitas e colonos armados. -----

Enquanto tudo isto acontece, Estados e instituições europeias e portuguesas insistem em caracterizar estes crimes como o exercício por Israel do seu “direito à defesa”, colaborando na legitimação da limpeza étnica conduzida por um regime de apartheid, como tal definido por organizações como a Human Rights Watch e a Amnistia Internacional. -----

A origem da violência na Palestina e em Israel é a política de ocupação, limpeza étnica e apartheid conduzida por Israel ao longo de décadas e a abertura de vias para a paz depende do isolamento do Estado de Israel e da imposição, por parte da comunidade internacional, de medidas de embargo de armas, desinvestimento e boicote económico. -----

Esta é também uma oportunidade para que esta Assembleia Municipal corrija o seu posicionamento quando a 11 de dezembro de 2023 compactuou com a omissão da opressão do povo palestino, ato abertamente denunciado pelo Bloco de Esquerda nesta Assembleia. -----

Assim, a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, reunida a 16 de fevereiro de 2024 delibera: -----

1. Expressa o seu pesar por todas as vítimas desta guerra; -----
2. Condena os atos de terror contra civis perpetrados por comandos do Hamas no dia 7 de outubro; -----
3. Condena os crimes de genocídio e punição coletiva contra a população da Faixa de Gaza, anunciados e concretizados pelo Estado de Israel, bem como o assassinato de civis palestinos nas zonas ocupadas e na Cisjordânia; -----
4. Apela ao cessar-fogo imediato e à contenção entre todos os agentes regionais e internacionais, com vista à abertura de negociações e a uma solução política que garanta a concretização do direito do povo palestino a um Estado soberano e independente, com as fronteiras de 1967 e capital



em Jerusalém Oriental, e a efetivação do direito ao retorno dos refugiados, conforme as resoluções pertinentes da ONU;-----

5. Apela ao reconhecimento imediato do Estado da Palestina pela República Portuguesa.”-----

-----  
Interveio o membro **Carlos Cunha** (CDU) que apresentou e explanou o documento que, seguidamente, se transcreve: -----

“SAUDAÇÃO ÀS MULHERES PORTUGUESAS E FEIRENSES -----

Realizando-se esta sessão, a menos de um mês das comemorações de mais um Dia Internacional da Mulher, e no ano em que comemoram os 50 anos da Revolução Libertadora de abril, proponho a seguinte saudação às mulheres portuguesas e às mulheres feirenses, em particular: -----

A Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, reunida a 16 de fevereiro de 2024, saúda as mulheres portuguesas e as mulheres feirenses, pela sua intervenção e luta em prol dos seus direitos, ao longo do tempo, mesmo antes do 25 de abril, mesmo tendo de enfrentar situações de grande injustiça que punham em causa a sua dignidade como pessoas e cidadãs. Algumas delas foram sujeitas à repressão, à prisão, à tortura, à ausência de liberdade. Dos registos da PIDE, que se encontram na Torre do Tombo, aparecem 1755 mulheres presas registadas com informações e mais 540 sem registo, o que significa que pelo menos 2295 passaram pelas prisões do fascismo. Duas delas eram do concelho de Santa Maria da Feira, uma presa em 1938 e a outra em 1961. Estes dados estão publicados no livro “Elas estiveram nas prisões do fascismo”, de autoria da URAP (União de Resistentes Antifascistas Portugueses). -----

A Assembleia Municipal não pode deixar de manifestar a sua preocupação pelas discriminações de as mulheres continuam a ser vítimas, expressas, por exemplo, no facto de serem a maioria da mão de obra desempregada. Só referindo o distrito de Aveiro, onde nos integramos, em dezembro de 2023, as mulheres correspondiam a 57,46% do total de desempregados

---



Ana Cunha

registados. -----

Não pode também deixar de registar, com preocupação, a discriminação salarial a que continuam a ser sujeitas. Em média recebem menos 150,30 euros do que os homens, discriminações estas que se acentuam à medida que as qualificações e responsabilidades aumentam. Ou seja, as mulheres em cargos de topo recebem menos 593,30 euros do que os homens, e entre as pessoas detentoras de ensino superior, a diferença atinge os 504,90 euros. -----

É intolerável e injusta a manutenção das desigualdades de tratamento e de oportunidades no acesso e na evolução da sua carreira profissional e a subvalorização do trabalho que executam, que não se reflete apenas nas discriminações salariais, mas também no baixo valor das pensões de reforma, perpetuando as desigualdades e o empobrecimento ao longo da vida. -----

Apesar das leis que as protegem, continuamos a assistir a altos índices de violência doméstica, de assédio moral e sexual nos locais de trabalho, de violação sexual e de cyber violência, de exploração sexual, prostituição e tráfico de seres humanos, de desrespeito pela função da maternidade, de horários de trabalho desregulados, da sobrecarga da vida profissional e das tarefas domésticas. -----

Não esquecendo a dificuldade de acesso a planeamento familiar e seguimento na gravidez para todas as mulheres. -----

Por tudo isto e num momento em que estamos a menos de um mês das eleições legislativas, a Assembleia Municipal chama a atenção dos partidos políticos para que se empenhem, de facto, e não só com promessas no intuito de angariar votos da população feminina, em resolver, de uma vez por todas, estes graves problemas. -----

A Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira considera ainda fundamental que o futuro governo de Portugal, e as próprias autarquias, a nível local, desenvolvam políticas inclusivas, que valorizem a criatividade, o

---





---

desempenho e as competências das mulheres portuguesas, cujo contributo é fundamental para bem-estar social e para o desenvolvimento do país.”-----

O membro **Eduardo Couto** (BE) deu nota do seu voto favorável ao voto de repúdio apresentado pelo PS e ao voto de saudação apresentado pela CDU. Referiu que a CDU, com o voto que apresenta, está a realçar que o combate ao machismo é mesmo uma prioridade, e que, findos 50 anos da Revolução dos Cravos, a igualdade de género em Portugal continua a não ser uma realidade. Disse que, contudo, dá nota que a CDU, embora referindo, e bem, que apesar da lei, a igualdade de género ainda não foi atingida, quando o BE apresentou nesta Assembleia, em 2023, uma proposta relativa à zona de liberdade LGBT, a CDU, para a votar contra, escudou-se que a lei já existe e que, portanto, não havia necessidade de aprovar essa proposta. Realçou que, a seu ver, deve existir alguma coerência quando se fala de assuntos tão pertinentes como este. -----

Quanto à proposta do PS, disse também a acompanhar, não fosse o BE o autor da exposição feita à Comissão Nacional de Eleições, ressaltando que o que aconteceu deve envergonhar qualquer democrata que tenha o mínimo de consideração pela democracia e pelas regras do jogo democrático. Disse que o BE louva a prontidão e agilidade com que a Comissão Nacional de Eleições tratou este caso, acrescentando que esta é a oportunidade que a Câmara tem de se retratar, publicamente, pelo erro cometido, perante as candidaturas e coligações às eleições legislativas de 2024. -----

Concluindo, disse considerar que se tem de respeitar a democracia e o jogo democrático, e que foi isso que a Comissão Nacional de Eleições veio dizer.

-----  
Interveio o membro **Miguel Branco** (CH), que, aludindo ao voto de condenação apresentado pelo BE, disse o que, de seguida, se passa a citar: “Em primeiro lugar, nós devemos saber e tentar explicar quem é o grupo

---



*João Cunha*

terrorista denominado Hamas, quem está, quem apoia, e porque é que este grupo é um grupo terrorista. -----

Isto é um grupo que prega a destruição em Israel e quer substituí-lo por um Estado islâmico. Defendeu sempre a violência como meio de libertação dos territórios palestinianos ocupados e apelou sempre à aniquilação de Israel, levando a cabo vários atentados bombistas suicidas ao longo dos anos, disparando dezenas de milhares de foguetes, cada vez mais potentes, de Gaza para Israel. -----

O principal aliado do Hamas é o Irã, do qual recebe recursos financeiros, armas e formação para os seus membros. Ter o apoio do regime dos aiatolás significa ter um apoio de países como o Iraque, Síria e Catar que estão na órbita de Teerã. -----

Um caso peculiar é o da Turquia que, apesar de ser um país membro da OTAN, o Presidente diz que o Hamas não é um grupo terrorista, mas sim, um grupo de libertadores, e acusou Israel de cometer crimes de guerra em Gaza. A Rússia e China também são países que apoiam o Hamas. -----

Agora, por outro lado, quem são os aliados de Israel? É os Estados Unidos, Reino Unido, Alemanha, França, Itália, países do Leste da Europa, como a Hungria, República Checa, e, na América Latina, inicialmente, o Brasil, Uruguai, Chile, El Salvador, República Dominicana, Argentina, Bolívia, Costa Rica e Honduras. -----

E o que é que originou a guerra entre Israel e Hamas? Se não se lembram, foi após cobardes ataques perpetuados pelo grupo islâmico terrorista no território israelense, em 7 de outubro, que deixaram 1.400 mortos, mais de 240 pessoas sequestradas, onde foram brutalmente massacrados à maneira do grupo extremista do Estado islâmico, durante o ataque ao kibutz Kfar Aza mataram bebés, crianças, mulheres e idosos, através da decapitação e atacaram civis. -----

Israel realiza as suas operações contra o Hamas dentro do respeito ao Direito Internacional Humanitário, ou seja, que a população civil não seja



atacada.-----

Mas, infelizmente, o Hamas colocou os seus depósitos de munições, áreas de lançamento, fábricas de munições e armamento em túneis que passam por baixo de hospitais, escolas, centros sociais, etc. Israel fica, neste momento, entre a cruz e a espada, ele precisa destruir aquele alvo de precisão para destruir o Hamas, mas, ao mesmo tempo, ele tem de evitar os danos colaterais, ou seja, civis.-----

O Hamas esconde-se atrás de civis, deixando que eles sejam sacrificados, de maneira que, através dos palestinos, os atos terroristas possam buscar um grau de unidade e dar continuidade ao propósito deles. Isto sim, são crimes de genocídio cometidos pelo grupo terrorista do Hamas contra o povo palestiniano.-----

Para finalizar, pergunto, porque é que o Secretário-Geral das Nações Unidas, António Guterres, apela a um cessar-fogo humanitário e à libertação imediata de todos os reféns capturados pelo Hamas?"-----

-----  
Interveio o membro **Daniel Gomes** (PS) dizendo, sobre a moção apresentada pelo BE e relativa à tarifa social da água, que é importante perceber que está em causa a atribuição automática de uma tarifa social aos agregados do concelho que têm um conjunto de rendimentos abaixo de um determinado limiar. Acrescentou que, nesta temática, o automatismo, é muito importante, porque a lei conferiu a possibilidade aos municípios portugueses de atribuírem, sem mais delongas, a tarifa aos agregados. Referiu que, este facto, permite expor a pobreza do argumento com que o então Presidente da Câmara, Emídio Sousa, usava para justificar a não atribuição automática da tarifa social, porque dizia ele que o pelouro da ação social analisaria, caso a caso, se se justifica, ou não, a atribuição da tarifa social.-----

Disse considerar que se trata de um argumento fraco porque, se os 10 mil agregados que podiam ser beneficiados pela tarifa social, decidissem



João Cunha

desencadear todos os processos burocráticos para aceder à tarifa, a Câmara, quisesse ou não, teria de lhes atribuir a tarifa social. -----  
Referiu que o Dr. Emídio Sousa, e o seu executivo, usando o desconhecimento das pessoas, impediram estes feirenses de beneficiarem de um direito, colocando-se, deliberadamente, contra 10 mil agregados familiares, em Santa Maria da Feira. -----

Continuou referindo que a questão que se coloca é, porque é que o executivo o fez, e para dar resposta a isso, é preciso, a seu ver, ignorar a desculpa que usa o pelouro da ação social para justificar a não atribuição automática, que considera ser esfarrapada. Salientou que se a concessionária Indáqua Feira atribuísse a tarifa social, abdicaria de parte da receita, e é aí que reside o problema, porque, por algum motivo, o executivo não quer que a concessionária abdique de parte da receita, acrescentando que se o Governo central, decidisse que pagaria a diferença entre a tarifa existente e a tarifa social, a questão não se colocava e não havia barulho. Disse ter uma suspeita, comentando que, desde o início, esta concessão foi mal formulada porque definia que as capitações e a taxa interna de rentabilidade estavam muito acima daquilo que podia vir a ser concretizado, frisando que estes dois indicadores são muito importantes, pois são pontos chave para a concessionária, querendo, pedir o reequilíbrio económico e financeiro do contrato.-----

Realçou que, ao que sabe, estes dois indicadores estão abaixo daquilo que o contrato permite, o que implica que, se a concessionária quiser, pode solicitar o reequilíbrio económico e financeiro do contrato, mesmo ganhando já 10 milhões de euros por ano, e podendo vir a ganhar ainda mais no futuro. -----

Concluindo a sua intervenção, afirmou que, por mais que o BE, ou quem quer que seja, apresente propostas para a atribuição automática da tarifa social da água, elas nunca serão validadas, porque isso implica que a Indaqua Feira abdique de parte da receita, detendo esta uma arma de



João Cunha

arremesso fortíssima que é solicitar o reequilíbrio económico e financeiro do contrato, o que é desagradável do ponto de vista político, pelo que o executivo nunca se colocará nessa posição. -----

-----  
Interveio o membro **João Cunha** (PSD), que começou por dar nota do voto favorável do grupo municipal do PSD ao voto de saudação apresentado pela CDU, no âmbito do Dia Internacional da Mulher. -----

Sobre a moção do BE relativa à tarifa social da água, disse ter reparado que foram feitas alterações ao texto que sido presente a esta Assembleia, no âmbito do tema, mas que, no fundo, é a mesma coisa, pelo que a posição do PSD, também, se mantém, remetendo para a leitura das atas anteriores das sessões desta Assembleia, sobre o mesmo assunto. Chamou ainda a atenção que, se fosse noutra órgão, o BE não podia estar sempre a intervir sobre o mesmo tema, e com o mesmo conteúdo, uma vez que o mesmo já havia sido rejeitado, comentando que o BE está claramente a abusar do direito que tem. -----

Relativamente ao voto de condenação dos crimes de punição coletiva e de genocídio, também apresentado pelo BE, disse tratar-se de uma questão mais complicada e que percebe que o Bloco pretende fazer um ataque àquilo que o Chega trouxe na última sessão. Fez notar que o grupo municipal do PSD, apesar de concordar com alguns pontos, não concorda com a parte do genocídio, acrescentando que o Tribunal de Justiça Internacional tem uma decisão recente relativa à prevenção do genocídio. --  
Salientou que, mais grave do que isso, este voto de condenação possui, claramente, um preconceito contra o Estado democrático de Israel e o povo judeu, pelo que, se o BE quer atacar o Chega com uma coisa, não o deve fazer tendo um comportamento oposto, quase defendendo o Hamas, ou algo do género. Sublinhou que o PSD, como manifestado na última sessão, defende corredores humanitários e entende que devem ser reconhecidos os dois Estados, de Israel e da Palestina, bem como defende o cessar-fogo

---



Inês Cunha

imediatamente, para que os reféns possam ser libertados e regressem aos seus lares, acrescentando que, é por isso, que o grupo municipal do PSD vota contra este voto de condenação. -----

Quanto ao voto de repúdio apresentado pelo PS, pelas infrações cometidas pela Câmara Municipal, disse que, em primeiro lugar, é um voto de um oportunismo político execrável, porque não é o PS que dá azo ao mesmo, mas sim o BE e a IL, tendo o PS ido a reboque dos outros. Em segundo lugar, regista que existem dois partidos socialistas, o que está na Câmara Municipal, que nada disse acerca deste assunto, e o que está na Assembleia Municipal, liderado pela deputada Susana Correia, comentando que têm visões diferentes. Em terceiro lugar, disse que o texto gongórico do PS já condena a Câmara antes de uma decisão final, porque ainda não há pronúncia, acrescentando que o que a CNE diz é que, a partir do ato eleitoral de 10 de março, a Câmara poderá apresentar a sua defesa. - Reportando-se a factos concretos, esclareceu que a Câmara atuou na convicção plena de que a publicação era apenas o cumprimento do dever de informação, informando que há um candidato a Deputado, o Dr. Emídio Sousa, que encabeça uma lista pela Aliança Democrática (AD). Frisou que isto são factos, e não um apelo claro ao voto, mas que a CNE assim não entendeu, ordenando, de forma provisória, a retirada da publicação, o que a Câmara acatou. Reforçou que, após o ato eleitoral, será feita uma análise e uma pronúncia, podendo a Câmara usar os direitos de que goza, se entender que o deve fazer. -----

Neste âmbito, disse que, tendo o PS, ou o governo do PS, enviado mensagens a reformados informando-os sobre o aumento das reformas, e vendo a propaganda política feita no site do Governo, onde menciona o melhor ano de aumento da pensão dos reformados, e a disponibilização de 450 milhões de euros, comentando se tal não é uma grande desfaçatez do PS, a seu ver, é muito mais do que isso, citando o velho ditado “olha para o que eu digo, mas não olhes para o que eu faço”.-----



Ino Cunha



Concluindo, reforçou que o grupo municipal do PSD vota claramente contra o voto de repúdio em referência, e que tal seja interpretado como um voto de total confiança no executivo municipal do PSD.-----

-----  
Interveio novamente a deputada municipal **Susana Correia** (PS) que disse que o PSD ficou-se pelo preâmbulo do voto de repúdio apresentado pelo grupo municipal do PS, mas que o que o mesmo, na parte deliberativa, recomenda a melhoria dos procedimentos no que respeita: 1) ao uso dos meios do município que devem servir exclusivamente a causa pública e os reais interesses dos cidadãos; 2) melhorar os procedimentos de promoção e de divulgação dos eventos e atividades da autarquia de forma a que a captação e a divulgação de imagens e informações assegure o dever de imparcialidade, neutralidade e transparência que impendem sobre as entidades públicas; 3) melhorar os procedimentos levados a cabo pelo município de forma a garantir a igualdade de oportunidades e tratamento aos eleitos e representantes dos cidadãos.-----

Frisou ser este o voto que é proposto.-----

-----  
Interveio o membro **Daniel Santos** (IL) que disse que, uma vez que a IL foi mencionada, queria sublinhar que, realmente, foi a IL que, junto com o BE, fez a acusação. Referiu que a IL não se queixou pelo Dr. Emídio Sousa ser candidato, mas sim pelo que foi escrito, em que se dizia que o Dr. Emídio Sousa ia salvar Portugal, Aveiro e o concelho de Santa Maria da Feira.-----

-----  
*Saíram os membros Rui Alves Rios e Valdemar Silva.*-----

-----  
De seguida, a Sra. Presidente da Assembleia submeteu a votação os documentos em discussão, tendo-se verificado os seguintes resultados:-----

-----  
- “Voto de Repúdio pelas infrações cometidas pela Câmara Municipal de Santa Maria da Feira”, apresentado pelo PS:-----



Inês Cunha

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 16 votos a favor (PS:14, BE, IL), 31 votos contra (PSD) e 4 abstenções (CDS-PP, CH, CDU, IND), rejeitar o voto de repúdio em epígrafe, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito.-----

-----  
- Moção “Atribuição automática da Tarifa Social da Água”, apresentada pelo BE:-----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 16 votos a favor (PS:14, BE, CDU), 32 votos contra (PSD:31, CH) e 3 abstenções (CDS-PP, IL, IND), rejeitar a moção em epígrafe, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito.-----

-----  
- “Voto de Condenação dos crimes de punição coletiva e genocídio cometidos pelo Estado de Israel contra o povo palestino”, apresentado pelo BE:-----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 3 votos a favor (BE, CDU, IND), 32 votos contra (PSD:31, CH) e 16 abstenções (PS:14, CDS-PP, IL), rejeitar o voto de condenação em epígrafe, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito.-----

-----  
- “Saudação às mulheres portuguesas e feirenses”, apresentada pela CDU: -

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com 51 votos a favor (PSD:31, PS:14, BE, CDS-PP, IL, CH, CDU, IND), aprovar o voto de saudação em epígrafe, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito.-----

-----  
*Reentraram os membros Rui Alves Rios e Valdemar Silva.*-----

-----  
Posto isto, a **Sra. Presidente da Assembleia** possibilitou a cada grupo municipal usar da palavra para colocar questões à Câmara, se assim o entendessem e de acordo com o tempo que restava a cada um. Feitas as





inscrições à Mesa, passou a palavra ao membro Carlos Cunha.-----

-----  
Interveio o membro **Carlos Cunha** (CDU) começando por questionar o que é que tem sido feito pela sinalização e proteção das escolas do Concelho. Disse que a ATL “João Pé de Feijão”, que vai desde o berçário até ao 12.º ano e se localiza no centro da cidade de Santa Maria da Feira, apesar dos vários alertas feitos para a necessidade da colocação de passadeiras, tal não aconteceu, continuando um perigo para as crianças e para as famílias. Quanto à segunda questão disse que, apesar de, no mandato anterior, ter sido deliberado no sentido do Município ser um território livre do uso de herbicidas, estes são usados pelos serviços da câmara e das freguesias, nas ruas e nos passeios, ressaltando que já existem formas mecânicas muito menos poluentes e eficazes para limpar muros e passeios.-----  
Por último, questionou quando vão ser ressarcidos os utentes da Indaqua que pagaram os respetivos ramais, entre 1400 e 1700 euros, uma vez que essa cobrança foi eliminada aquando do 4.º aditamento ao contrato com a Indaqua. Salientou que seria de toda a justiça que aqueles que não usufruíram desta vantagem fossem indemnizados, recebendo o que foram injustamente obrigados a pagar.-----

-----  
Interveio o membro **Miguel Branco** (CH) que começou por, aludindo à USF de Canedo, dizer que, com o acabar das obras, surgem algumas questões, salientando que, na EN 222, em frente à entrada para a USF, existe um separador central com um jardim. Perguntou como é que as ambulâncias, que se dirijam do sentido Canedo para a Feira, e uma vez que a USF vai ter serviço de urgência 24 horas, vão entrar na unidade de saúde. Disse parecer-lhe pouco prático que as ambulâncias precisem contornar o estacionamento do restaurante Quim da Rampinha para, então, retornar à USF, questionando como é que a Câmara pensa solucionar esta situação.--  
Referiu ainda que existem 10 vagas reservadas para estacionamento,

---



João Cunha

verificando que parte delas são reservadas para a administração, funcionários, pessoas com deficiência, e ambulâncias, questiona quantas vagas é que sobram para o estacionamento dos carros dos utentes. -----

Salientou que outra questão prende-se com a piscina de Canedo, dizendo que ao CH chegou a informação de que a obra está parada porque faltará executar uma rampa de acesso para pessoas com mobilidade reduzida, questionando de quem é a culpa, se é do empreiteiro ou do fiscal da obra.--

Disse também ter sabido, através da comunicação social, que existem infiltrações na Torre da Igreja Matriz, nomeadamente, na Torre Sul, questionando se a Câmara vai intervir, ou não, com vista à resolução do problema, ou se vai esperar que aconteça um acidente similar ao que aconteceu com a muralha do Castelo. Recordou que as crianças frequentam a catequese, e os idosos e a população em geral frequentam as missas, pelo que era bom que a Câmara se pronunciasse sobre o que vai fazer.-----

Prosseguindo, disse que o CH teve um debate interpartidário sobre o assunto da mobilidade reduzida, o qual foi importante para o alertar de algumas situações, constatando-se que alguns passeios, nomeadamente na cidade de Santa Maria da Feira, estão com imensos buracos, com toqueiras que não foram cortadas, com 10 a 15 cm acima do passeio, questionando se alguém os vai reparar porque são um entrave para um cadeirante ou para um cego. -----

Questionou, também, se a Câmara tem algum serviço privado de praça de táxis.-----

Concluindo, perguntou porque é que andam assessores da Câmara na campanha eleitoral pelo PSD, questionando se é normal que tal aconteça.--

-----  
Interveio o membro **Daniel Santos** (IL) que começou por desejar as felicidades ao agora Presidente da Câmara, Amadeu Albergaria, até então Vice-Presidente, pois o sucesso dele representará o sucesso de Santa Maria

---



da Feira. Referiu que o mesmo vem suceder alguém que sempre afirmou ser um feirense legítimo, que adorava Santa Maria da Feira, mas que resolveu ir defender Santa Maria da Feira para Lisboa, comentando que tal conduta é uma forma diferente de amar Santa Maria da Feira. Disse esperar que o Presidente da Câmara, Amadeu Albergaria, tenha este amor pela terra, até pela proximidade do ato eleitoral que o reconduza, eventualmente, no exercício do cargo. -----

Sobre as questões a colocar, disse que o Sr. Presidente da Câmara afirmou, aquando da discussão do assunto da rede de transportes, nesta sessão, que a Câmara colocou uma grande equipa a trabalhar com a Unir, ou com a Área Metropolitana, e que esta tinha colaborado na resolução dos problemas. Questionou se, quando se pensou na criação da Unir, a Câmara foi consultada sobre os horários e se os transmitiu, ou, pelo contrário, sabia que as rotas e horários só estavam na cabeça dos motoristas. Disse continuar com dúvidas sobre o sucedido, destacando que o Município estava servido por um sistema arcaico, que funcionava mal, mas no qual as pessoas sabiam para onde iam. -----

Referiu que a Câmara sempre disse que o Município era um paraíso no que toca à mobilidade, que estava no caminho do futuro, pelo que, com tanto empenho e colaboração de uma grande equipa, para além da equipa da própria AMP, pretende perceber se a Câmara foi consultada e se colaborou antes ou depois de instalado o caos. -----

-----  
Interveio o membro **Ângelo Santos** (CDS-PP) dizendo que se andou, e bem, a divulgar pelas freguesias, o programa habitacional conhecido como 1.º Direito, para reabilitação de habitações degradadas. Questionou, já que o prazo do programa está prestes a terminar, da amplitude do mesmo perante a população, nomeadamente, quantos projetos foram apresentados e quantos foram validados. -----

Continuando na habitação, questionou se já está feito o diagnóstico dos

---



João Cunha

espaços municipais destinados a construção de empreendimentos de habitação a custos controlados, e para quando preveem elaborar os respetivos projetos.-----

De seguida, aludindo à Avenida do Sarrilha, em São Miguel de Souto, disse saber que já está aprovada a sua requalificação, questionando para quando o início da obra e quais os prazos de execução. Questionou, ainda, para quando o início da requalificação da zona industrial de Mosteirô, também já aprovada. -----

Referiu, no âmbito dos transportes, saber que a colocação das paragens de autocarro e dos horários é da responsabilidade do Município, pelo que questiona se há algum desenvolvimento a esse respeito, pois sabe que alguns municípios vizinhos já têm essas indicações. -----

Ainda quanto à mobilidade, questionou quando começam a ser corrigidos os passeios das estradas, eliminando-se obstáculos e colocando sinalética que não interfira com a mobilidade de quem os utiliza. -----

-----  
Interveio o membro **Eduardo Couto** (BE) que começou por dar nota que o relatório do estatuto do direito à oposição apresentado, anualmente, pela Câmara, é sempre o mesmo. -----

Sobre as questões a colocar à Câmara, salientou que a paisagem política mudou em Santa Maria da Feira com o Dr. Emídio Sousa a abandonar o compromisso assumido em 2021 perante os munícipes, crendo, que tal subverte o princípio democrático que deve reger a escolha de quem está nas lides municipais. Referiu que o Dr. Amadeu Albergaria assume a presidência da Câmara, e que o faz, numa tentativa de consolidar a sua posição como candidato às próximas eleições autárquicas, fazendo notar que, se assim não for, se retratará. -----

Neste contexto, disse achar justo questionar o atual Presidente de Câmara como é que justifica as décadas de domínio do PSD, enquanto o Concelho permanece marcado pelo atraso em quase todas as áreas. Questionou

---



como é que o mesmo explica a ausência de uma única habitação digna no âmbito do programa 1.º Direito, e porque é que, perante o aumento exorbitante de 40% das rendas, a Câmara não encontra qualquer tipo de resposta. -----

Questionou ainda porque é que os munícipes pagam a 3.ª tarifa mais alta do país pelo abastecimento de água, que é uma necessidade vital das famílias. -----

Perguntou, também, como é que se justifica a persistência dos crimes ambientais em toda a região. -----

Disse que estas questões clamam por respostas urgentes e ações imediatas, para o bem-estar dos feirenses, perguntando, se à semelhança destes 40 anos em que o PSD pouco ou nada fez para resolver os problemas, o agora Presidente da Câmara, fará mais do mesmo, comentando que tal saberá a pouco. -----

-----  
Usou da palavra o **Sr. Presidente Câmara** que, em relação às questões colocadas pelo membro Carlos Cunha, esclareceu que a Câmara tem empreitadas em curso em todo o município, de sinalização horizontal e sinalização vertical, com especial enfoque e preocupação nas escolas. Referiu que, no caso concreto da ATL João Pé de Feijão, ordenará uma análise da situação para a corrigir de imediato. -----

Sobre a questão dos herbicidas, contestou que a Câmara esteja a usar herbicidas, como glifosatos e outros, pelo contrário, têm sido usados outros produtos, mais caros, para evitar os herbicidas, bem como realizado todo um trabalho suplementar pelos recursos humanos para manter o asseio e limpeza das ruas, valetas e passeios. Referiu que esta dificuldade é também sentida por todas as juntas de freguesia que, para substituírem os herbicidas, aumentaram os seus custos, pelo que a Câmara, provavelmente, vai ter de lhes aumentar as verbas a transferir. -----

Sobre o pagamento dos ramais, disse ser verdade que os utentes, naquela

---



João Cunha

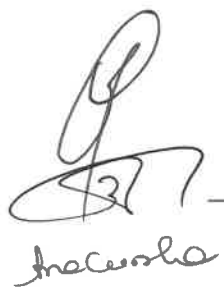
altura, pagavam os ramais, mas que, depois, as circunstâncias se alteraram-se, concluindo que não está previsto nenhum tipo de indemnização a quem pagou. Referiu perceber a pergunta e o desapontamento das pessoas, salientando que, infelizmente, isso acontece em muitas matérias, quando há alterações à legislação. -----

Em relação à USF de Canedo sublinhou a grande melhoria que representa ter uma nova USF, aludindo, ainda, às USF de São Paio de Oleiros/Nogueira da Regedoura e de Milheirós de Poiares, em fase de conclusão. Sobre a questão do acesso à USF de Canedo julga que a situação está contemplada, mas não deixará de reanalisar a situação, tal como o problema que existe em frente ao Hospital de São Sebastião com abertura da clínica privada, impondo-se uma redefinição da zona, para compatibilizar o acesso das ambulâncias com os restantes veículos. -----

Quanto aos lugares de estacionamento disponíveis, disse serem os que estão programados, fazendo notar que podem ser usados todos os lugares que estão nas imediações. Informou ainda que, a pedido da junta de freguesia, está em estudo a reorganização do trânsito naquela avenida e, essencialmente, o estacionamento. -----

Em relação à piscina de Canedo, disse não ter conhecimento de que a obra esteja parada, esclarecendo que houve uma prorrogação do prazo, mas que o objetivo é que entre em funcionamento em setembro deste ano. -----

Sobre a questão da Igreja Matriz de Santa Maria da Feira, informou que é propriedade da diocese do Porto, havendo uma Comissão Fabriqueira que se ocupa da administração dos bens e obras da Igreja, coadjuvando o pároco da freguesia. Referiu que é uma igreja especial, até pela zona onde se encontra, e que a Câmara tudo fará, em diálogo com a Comissão Fabriqueira, tendo em conta as preocupações manifestadas e as disponibilidades financeiras, à imagem do que faz por todo o Concelho. Referiu que situação diferente se passa com o Castelo, pois a gestão deste é da responsabilidade do Município. -----



Assessoria



No que refere aos passeios com problemas de acessibilidade, disse que existem muitos e que a própria calçada portuguesa causa problemas, salientando que há muito a melhorar nesta matéria e que, por exemplo, é preciso fazer uma compatibilização nas zonas históricas.-----

Sobre os buracos nos passeios disse que os serviços da Câmara têm vindo a calcetar, a retirar árvores e as suas raízes, plantando novas, acrescentando que, na cidade de Santa Maria da Feira, se têm rebaixados os passeios para que, nas passeadeiras, a circulação seja mais fácil, e colocado algum equipamento tátil para ajuda aos transeuntes. -----

Informou ainda que a Câmara e as juntas de freguesia, face aos protocolos bipartidos existentes, estarão próximos de investir cerca de 2 milhões de euros no alargamento de vias e construção de passeios, ressaltando que é um trabalho difícil, nem sempre é visível e por todo o território.-----

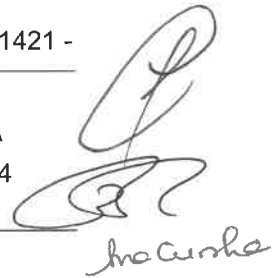
Quanto à questão sobre se a Câmara tem um serviço de praça de táxis privado, respondeu que não. -----

Sobre assessores que terão andado na campanha eleitoral, disse ser preciso concretizar, pois não sabe a quem é que o membro Miguel Branco se estava a referir.-----

De seguida, sobre o proferido pelo membro Daniel Santos, disse querer agradecer os cumprimentos, acrescentando, sobre o facto de o Dr. Emídio Sousa ir para a Assembleia da República, que também o Dr. Carlos Martins foi chamado para gerir o Euro 2004, e o executivo e alguns dos presentes nesta sessão, encararam isso como bastante positivo para o Município. -----

Sobre Santa Maria da Feira ter tido azar, na questão dos transportes, realçou que houve um concurso público internacional e ganhou o concorrente que apresentou as melhores condições, reiterando, que a Câmara, a partir do momento em que verificou que existiriam muitas dificuldades e constrangimentos no dia a dia das pessoas, colocou um conjunto de funcionários a ajudar as populações, a resolver os problemas

---



João Cunha

delas, a ouvir as suas queixas, porque as pessoas não se dirigem à AMP ou à Unir, mas sim à Câmara e às juntas de freguesia, as quais, sem deterem competência formalmente, têm a obrigação de dar uma resposta e de ajudar as populações, o que está a ser feito. -----

Recordou que, nesta sessão, a Eng.<sup>a</sup> Ariana Pinho disse que a AMP só tinha 5 funcionários adstritos ao processo, mas a Câmara tem mais funcionários, especialistas na área da mobilidade, daí, na sua intervenção anterior, ter feito um resumo da panóplia das 96 linhas do Município, o que representa a segunda maior operação de toda a Área Metropolitana. Salientou que os funcionários da Câmara ouviram as queixas e foram para o terreno, analisando, linha por linha, e só esse trabalho permite perceber o quadro geral do que está a acontecer. -----

Acrescentou que a Eng.<sup>a</sup> Ariana também tinha reportado as dificuldades tidas com um dos operadores que estava no terreno, conhecido de todos, porque, de facto, desde 1948, foi criado um conjunto de linhas que se foram adaptando às diferentes realidades sociais e às dinâmicas do concelho, o que já estava estabilizado. Por último recordou que a AMP foi pedindo ao operador informação sobre todas as rotas, a qual nunca foi fornecida. -----

Sobre o programa 1.º Direito informou que, neste momento, o Município está a preparar 176 fogos para serem candidatáveis, entre o programa 1.º Direito e as habitações a custos controlados. -----

Em relação à Avenida do Sarrilha e à zona industrial de Mosteirô, disse serem obras que estão adjudicadas, estando pendente da obtenção do visto do Tribunal de Contas, devido aos valores elevados. Realçou que o projeto está feito e o dinheiro para as obras está cativo, pelo que a execução é do interesse das populações e da Câmara, tendo a expectativa que as obras se iniciem ainda neste semestre. -----

Sobre as paragens de autocarros disse que, mais adiante, nesta sessão, será discutida a matéria sobre a concessão do espaço publicitário, que





ma Cunha



incorpora a solução para a questão das novas paragens de autocarros. -----  
Salientou que coisa diferente é a questão dos postaletes, dando nota que o concurso está em andamento, mas que também é preciso saber quais os horários, para colocar essa informação nos postaletes, frisando que a Câmara tem feito pressão nesse sentido.-----

Sobre o proferido pelo membro Eduardo Couto, disse perceber que o mesmo tenha feito uma declaração política, mas falando-se de habitação e de rendas, há partidos que têm responsabilidades acrescidas na matéria, mas que não entraria nesse debate.-----

Referiu que o membro Eduardo Couto se quis imiscuir nos candidatos do PSD, dizendo, que não sabe quem vão ser os candidatos do PSD, pois o que sabe é a legitimidade que a lei confere, que existe política e eleitoralmente. Realçou que o princípio democrático mais valioso e poderoso é o voto popular, e que o executivo da Câmara foi assim eleito, acrescentando que se o povo entender, dentro de um ano e meio, votar no candidato do BE para liderar a Câmara, será esse o princípio democrático, o da avaliação e do escrutínio geral, a ser cumprido na sua plenitude.-----

-----  
Interveio o membro **Miguel Branco** (CH) que referiu que, quando questionou se a Câmara tem uma praça de táxis privada, fê-lo porque viu e tem fotografias de um carro camarário a apanhar uma criança numa escola, o que considera errado, comentando que não se pode ter carros camarários a trabalhar para os privados. -----

Sobre os funcionários estarem na campanha eleitoral, disse ter fotografias, tiradas hoje, pelas 11H00, que mostram funcionários públicos que, no seu entender, deviam estar a trabalhar na Câmara, e estavam a fazer campanha pelo Dr. Emídio Sousa. Concluindo, o que, no seu entender, tal não deve acontecer. -----

-----  
Usou novamente da palavra o **Sr. Presidente da Câmara** que, sobre a

---



João Cunha

questão do carro camarário que transportou uma criança à escola, disse não ser queixa única, solicitando ao membro Miguel Branco para fazer chegar aos serviços da Câmara essa situação, para esta fazer o que sempre faz nestas situações, que é abrir o procedimento de inquérito.-----

Chamou a atenção, contudo, para o facto de haver crianças que são transportadas em carros municipais, todos os dias, pelo que a situação reportada pode ser de um desses casos, em que se está a ajudar um aluno que ficou sem autocarro.-----

Quanto à questão da campanha eleitoral, disse ter estado a preparar-se para a bateria de perguntas que lhe seria feita, nesta sessão, pelo que não sabe qual a campanha que ocorreu hoje. Disse que, contudo, tem dúvidas de que haja algum funcionário da Câmara que esteja em campanha, comentando que, se está, deve estar ausente do serviço, seja por férias ou por outra forma, acrescentando que não se iria pronunciar mais sobre o tema, a debater noutros fóruns, que não esta Assembleia Municipal. -----

-----  
Interveio, novamente, o membro **Daniel Santos** (IL) esclarecendo que, na sua intervenção anterior, estava a elogiar o facto de Santa Maria da Feira ter candidatos que vão salvar o país e que até havia desejado felicidades ao Dr. Emídio Sousa para o seu percurso. -----

Relativamente ao Dr. Carlos Martins, referiu que todos conhecem a história e sabem perfeitamente que o mesmo saiu para prestar um serviço ao país, no âmbito do Euro 2024 e, depois, na área da Cultura. Salientou que, naquela ocasião, o Dr. Carlos Martins tomou a opção de ajudar o país, da mesma forma que, agora, o Dr. Emídio Sousa, e muito bem, vai salvar o país de muitas coisas más, tendo o **Sr. Presidente da Câmara**, em resposta, comentado que fica satisfeito por saber que o Dr. Emídio Sousa pode, desde já, contar com o voto do Daniel Santos.-----

-----  
*Saíram os membros Daniel Gomes, Marco Jesus e Virgílio Ribeiro.* -----



*Ana Curto*  
**PERÍODO DA ORDEM DO DIA** -----

**2 – Ata N.º 15 – Sessão Ordinária de 11 e 18 de dezembro de 2023** -----

A **Sra. Presidente da Assembleia** submeteu a apreciação dos senhores membros a ata em epígrafe, que lhes foi oportunamente disponibilizada, dando nota que os membros que não estiveram presentes na referida sessão, não participam na sua votação. -----

E, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com 44 votos a favor, aprovar a ata em epígrafe. -----

Não participaram na votação, em virtude de não terem estado presentes naquela sessão, os membros Ana Lamas, Eduardo Couto, Daniel Santos Moreira, Sandra Castro, José Carlos Silva e Nuno Albergaria. -----

*Reentraram os membros Daniel Gomes, Marco Jesus e Virgílio Ribeiro.* -----

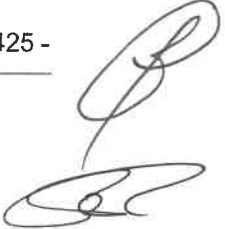
*Saíram os membros Jorge Ferreira e Regina Silva.* -----

**3 – Informação sobre a Atividade e Situação Financeira do Município** --

A **Sra. Presidente da Assembleia** apresentou o assunto em epígrafe, a que se refere o ofício, registado sob o n.º 2.647, em 09/02/2024, subscrito pelo Sr. Presidente da Câmara, referente ao I Relatório de 2024, o qual sintetiza a atividade e situação financeira do Município – documento oportunamente disponibilizado aos membros desta Assembleia Municipal. -

Interveio a deputada municipal **Susana Correia** (PS) e, aludindo à listagem de obras e fornecimentos de bens e serviços adjudicados que constam do documento, sugeriu que na mesma passe a constar, para cada procedimento, se se trata de um concurso ou de um ajuste direto, dizendo que gostava de perceber isso, por exemplo, no que respeita à contratação referente à iluminação de Natal, no valor de 374.700 euros. -----

Aludindo ao fornecimento de mistura betuminosa densa a quente, no valor



Inês Cunha

de 68.500 euros, questionou como funciona essa gestão.-----  
Sobre a aquisição de serviços de vídeo, no montante de 45.000 euros,  
questionou se esta aquisição se deve à transmissão on-line das reuniões de  
Câmara. -----  
Concluindo, referiu que o prazo médio de pagamento a fornecedores tem  
vindo a ter um percurso positivo, mas que, de 2022 para 2023, há um  
aumento do prazo, questionando qual o motivo.-----

-----  
Interveio o **Sr. Presidente da Câmara** dizendo que não vê inconveniente  
que nos documentos futuros passe a constar o tipo de procedimento,  
conforme sugerido. -----

De seguida, solicitou à Sra. Vereadora do Pelouro da Administração,  
Finanças e Modernização Administrativa, **Sónia Azevedo**, que prestasse  
esclarecimentos quanto ao questionado, a qual informou, relativamente à  
situação da iluminação de Natal, que se tratou de um ajuste direto, por 3  
anos, em consequência de um procedimento de prévia qualificação dos  
candidatos, com base num estudo de mercado, tendo o júri escolhido o  
vencedor.-----


Em relação às questões do fornecimento de mistura betuminosa e da  
aquisição de serviços de vídeo, informou que se trata de fornecimentos  
contínuos, que vão sendo utilizados à medida que vão sendo requisitados. -

O **Sr. Presidente da Câmara** acrescentou, em relação ao fornecimento de  
mistura betuminosa, que nada tem a ver com os lotes de pavimentação,  
esclarecendo que as pavimentações são feitas por concurso público.  
Reforçou que se trata de um fornecimento contínuo de betuminoso  
utilizado pela brigada para pequenas reparações de estradas. -----

Sobre o aumento do prazo médio de pagamento a fornecedores disse estar  
relacionado com a mudança de operador na área da eletricidade, para a  
Endesa, explicando que estão em causa cerca de 900 contratos, com  
faturas de análise complexa, estando uma técnica, quase em permanência,

---



  
a avaliar, minuciosamente, cada um destes contratos. Deu nota que muitas das faturas foram devolvidas para serem corrigidas, porque foram detetados erros, acrescentando que todo este processo causou impacto no prazo médio de pagamentos, o qual se encontra em 18 dias. Salientou que, estando este processo estabilizado, a ideia é voltar ao prazo médio habitual, entre os 6 e os 10 dias, reforçando ter sido esse fator concreto a influenciar, negativamente, o prazo médio de pagamentos, o qual, ainda assim, é um ótimo prazo. -----

A Vereadora **Sónia Azevedo** interveio novamente, dizendo que, na informação que prestou anteriormente relativamente à iluminação de Natal, cometeu uma imprecisão. Disse ter sido informada, entretanto, que não se tratou de um concurso de prévia qualificação, mas sim de um processo de concessão de ideias, sem saber quem eram os fornecedores, tendo o ajuste direito sido feito com base na ideia vencedora, procedimento enquadrado no Código dos Contratos Públicos.-----

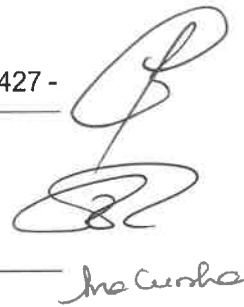
Posto isto, a Sra. Presidente da Assembleia deu por terminado o presente ponto, tendo a Assembleia Municipal apreciado a informação em referência.-----

*Saiu o membro Rui Ribeiro.*-----

#### **4 – Revisão do Regulamento do Conselho Municipal de Segurança** -----

A **Sra. Presidente da Assembleia** introduziu o assunto em epígrafe e, de seguida, passou a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara**, o qual apresentou o assunto, a que se refere a deliberação camarária de 29 de janeiro de 2024 e restante documentação que a acompanha – oportunamente disponibilizada aos membros desta Assembleia Municipal. -

Verificando que nenhum membro pretendeu usar da palavra relativamente



João Curvo

a esta matéria, a Sra. Presidente da Assembleia submeteu o assunto a votação. -----

E, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 48 votos a favor (PSD:28, PS:16, CDS-PP, IL, CH, IND) e 2 abstenções (BE, CDU), aprovar a revisão do regulamento em epígrafe, nos termos propostos na deliberação camarária supraidentificada.-----

-----  
*Reentrou o membro Regina Silva.* -----

**5 - 1.º Aditamento ao Contrato Interadministrativo de Colaboração com a Associação de Municípios das Terras de Santa Maria (AMTSM)---**

A **Sra. Presidente da Assembleia** introduziu o assunto em epígrafe e, de seguida, passou a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara**, o qual apresentou o assunto, a que se refere a deliberação camarária de 15 de janeiro de 2024 e restante documentação que a acompanha - oportunamente disponibilizada aos membros desta Assembleia Municipal. -

-----  
Verificando que nenhum membro pretendeu usar da palavra relativamente a esta matéria, a Sra. Presidente da Assembleia submeteu o assunto a votação. -----

E, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 49 votos a favor (PSD:29, PS:16, CDS-PP, IL, CH, IND) e 2 abstenções (BE, CDU), autorizar a celebração do 1.º aditamento ao contrato em epígrafe, nos termos da deliberação camarária supraidentificada. -----

**6 - Alteração da postura de trânsito na Rua António de Sousa Pedrosa - Lourosa e São João de Ver**-----

A **Sra. Presidente da Assembleia** introduziu o assunto em epígrafe e, de seguida, passou a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara**, o qual apresentou o assunto, a que se refere a deliberação camarária de 18 de

---



dezembro de 2023 e restante documentação que a acompanha – oportunamente disponibilizada aos membros desta Assembleia Municipal. -

-----  
Interveio a deputada municipal **Susana Correia** (PS) dizendo que o grupo municipal do PS ficaria muito mais confortável se, entre os documentos instrutórios das alterações das posturas de trânsito, constasse a informação da respetiva Junta de Freguesia, para que se perceba se a mesma foi consultada e qual o parecer que deu, ao que o **Sr. Presidente da Câmara** referiu que essa situação pode ser contemplada, alertando que, se houver alguma objeção, os Presidentes das Juntas de Freguesia, ou seus representantes, presentes nesta Assembleia, se podem pronunciar. ---

-----  
Seguidamente, submetido o assunto a votação, constatou-se que a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com 51 votos a favor (PSD:29, PS:16, BE, CDS-PP, IL, CH, CDU, IND), aprovar a alteração à postura de trânsito em epígrafe, nos termos da deliberação camarária supraidentificada. -----

#### **7 – Aprovação do Mapa de Demonstração do Desempenho Orçamental -**

A **Sra. Presidente da Assembleia** introduziu o assunto em epígrafe e, de seguida, passou a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara**, o qual apresentou o assunto, a que se refere a deliberação camarária de 14 de fevereiro de 2024 e restante documentação que a acompanha – oportunamente disponibilizada aos membros desta Assembleia Municipal. -

-----  
Interveio o membro **Carlos Cunha** (CDU) dizendo que verificou um aumento de 8% nas receitas, e gostava de saber como vai ser aplicado. -----  
Referiu que, na opinião da CDU, tal montante devia ser aplicado nas carências que o Município tem, sobretudo na qualidade do parque escolar, das refeições e das escolas, do saneamento no Concelho, no melhoramento



*João Cunha*

das acessibilidades, nomeadamente para as pessoas com mobilidade reduzida, entre outros. -----

Concluindo, questionou se, na capacitação financeira, existe alguma verba que possa ficar cativa para ajudar na melhoria das condições de vida.-----

O **Sr. Presidente da Câmara** disse estar de acordo com o proferido pelo membro Carlos Cunha, e daí o ponto seguinte da Ordem do Dia, que serve precisamente para colmatar alguns investimentos a fazer. -----

Seguidamente, submetido o assunto a votação, constatou-se que a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 35 votos a favor (PSD:29, CDS-PP, IL, CH, IND, PS:2 – Rui Rios e Valdemar Silva) e 16 abstenções (PS:14, BE, CDU), aprovar o Mapa de Demonstração do Desempenho Orçamental, nos termos da deliberação camarária supraidentificada. -----

#### **8 – 1.ª Alteração Orçamental Modificativa**-----

A **Sra. Presidente da Assembleia** introduziu o assunto em epígrafe e, de seguida, passou a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara**, o qual apresentou o assunto, a que se refere a deliberação camarária de 14 de fevereiro de 2024 e restante documentação que a acompanha – oportunamente disponibilizada aos membros desta Assembleia Municipal. -

Interveio o membro **Daniel Gomes** (PS) dizendo que o grupo municipal do PS já fez a crítica que tinha a fazer aquando da discussão do orçamento, designadamente, o facto de haver um saldo de gerência tão grande a incluir.-----

Referiu ter conhecimento que existe uma distribuição deste saldo por algumas despesas, e admite que algumas despesas têm de ser reforçadas para fazer face a compromissos assumidos, mas que existem outras





despesas que são reforçadas porque têm de ser, mas que nunca vão ser executadas. -----

Salientou que, sendo certo que existem entre 25 a 30 milhões de euros de compromissos assumidos para o futuro, sobram outros 30 milhões de euros, pelo que gostava de saber se, na mente do Executivo, está, por exemplo, a possibilidade de financiar, com recursos próprios, sem recorrer ao crédito, a construção do novo edifício dos Paços do Concelho, que custará cerca de 20 milhões de euros, ao que o **Sr. Presidente da Câmara** respondeu que não, que tal não é desiderato das verbas do saldo de gerência, comentando que, avançando a construção, o Município terá, provavelmente, de recorrer ao crédito. -----

Seguidamente, submetido o assunto a votação, constatou-se que a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 34 votos a favor (PSD:29, IND, PS:4 – Rui Rios, Valdemar Silva, David Neves e Francisco Andrade) e 17 abstenções (PS:12, BE, CDS-PP, IL, CH, CDU), aprovar a alteração orçamental modificativa em epígrafe, nos termos da deliberação camarária supraidentificada. -----

*Saiu o membro Marco Jesus.* -----

#### **9 – Alteração ao Mapa de Pessoal 2024**-----

A **Sra. Presidente da Assembleia** introduziu o assunto em epígrafe e, de seguida, passou a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara**, o qual apresentou o assunto, a que se refere a deliberação camarária de 14 de fevereiro de 2024 e restante documentação que a acompanha – oportunamente disponibilizada aos membros desta Assembleia Municipal. -

Interveio a deputada municipal **Susana Correia** (PS) dizendo que algumas dúvidas que tinha foram esclarecidas pelo Sr. Presidente das Câmara na



*João Cunha*

apresentação que fez do assunto, mas que dois princípios mencionados pelo mesmo lhe chamaram a atenção, a prudência e a experiência, e, assim sendo, questiona se o Município, no âmbito da descentralização de competências na área da Saúde, já tem o plano municipal de saúde para apresentar, incluindo estes princípios. -----

O **Sr. Presidente da Câmara** disse que, de momento, não poderia responder à questão, até porque o vereador do respetivo pelouro não estava presente na sessão para o informar. -----

Deu nota que, no âmbito da descentralização de competências na área da Saúde, os funcionários municipais, tanto do pelouro da Saúde como das Obras Municipais, têm visitado os 28 edifícios que o Município recebeu, tendo-se verificado que a qualidade do edificado não é das melhores. Realçou que Município terá de planear e requalificar algum deste edificado, acrescentando que os poucos recursos humanos e o mau parque automóvel, estando já a prever-se um reforço do número de assistentes operacionais, uma série de correções e investimentos no setor. -----

Concluindo, reafirmou que se estão a dar os passos e a fazer o caminho para seja apresentado um plano, acrescentando que, se tiver dado alguma informação menos correta, depois a corrigirá junto da senhora deputada. --

Seguidamente, submetido o assunto a votação, constatou-se que a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 34 votos a favor (PSD:29, IND, PS:4 – Rui Rios, Valdemar Silva, David Neves e Francisco Andrade) e 16 abstenções (PS:11, BE, CDS-PP, IL, CH, CDU), aprovar a alteração ao mapa de pessoal para 2024, nos termos da deliberação camarária supraidentificada. -----

*Reentrou o membro Marco Jesus.* -----



Ana Luísa



**10 – Atribuição de apoio à Junta de Freguesia de Arrifana - Aquisição de plataforma elevatória para melhoria de acessibilidades para portadores de mobilidade reduzida**-----

A **Sra. Presidente da Assembleia** introduziu o assunto em epígrafe e, de seguida, passou a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara**, o qual apresentou o assunto, a que se refere a deliberação camarária de 14 de fevereiro de 2024 e restante documentação que a acompanha – oportunamente disponibilizada aos membros desta Assembleia Municipal. -

-----

Interveio o membro **Eduardo Couto** (BE) que disse que o BE acompanha e elogia a atitude da Câmara Municipal em dar mais dignidade à população de Arrifana, no resolver de uma das barreiras arquitetónicas do concelho, assim como também da própria Junta de Freguesia de Arrifana.-----

Referiu que, no entanto, acha importante reiterar que este é apenas um caso das muitas barreiras arquitetónicas que continuam a fomentar a desigualdade e deixam Santa Maria da Feira a anos-luz de um concelho com uma verdadeira qualidade de vida, que continua a não cumprir a lei. --  
Concluindo disse que, assim, fica agradado por este caso ser resolvido, mas que espera que também se resolvam os outros.-----

-----

O membro **Carlos Cunha** (CDU) disse votar favoravelmente e louvar a medida, pois a mesma permite uma maior inclusão de todos os munícipes, aproximando-os das estruturas que os representam.-----

-----

Interveio a deputada municipal **Lia Ferreira** (PS) que, como ponto prévio, sugeriu à Câmara a substituição da expressão “portadores de mobilidade condicionada” por “pessoas com mobilidade condicionada”, explicando que ninguém é portador de uma mobilidade condicionada, pois a mobilidade condicionada é uma característica da pessoa. -----

Quanto ao ponto em concreto, referiu que o PS se tem debatido tanto por

---



*Macumba*

estas questões que, obviamente, não poderia senão acompanhar a atribuição deste apoio, para cumprir o que é uma exigência legal, que já devia ter sido cumprida.-----

Prosseguindo, disse que gostava de perceber qual é a carga máxima que a plataforma comporta, porque, da leitura dos documentos, fica com dúvidas se são 300, 250 ou 200 Kg, comentando que esta questão faz toda a diferença porque convém que o equipamento suporte, pelo menos, uma carga de 300 kg, devido ao peso das cadeiras de rodas elétricas. Ressalvou que esta situação vem dar razão ao PS, que, há anos, vem pedindo ao Município a criação de um regulamento próprio para os apoios que são dados às juntas de freguesia, comentando que devem ser dados, nos termos a regulamentar, assim como deve ser feito um levantamento das condições de acessibilidade nos edifícios municipais. -----

Referiu que a própria Junta de Freguesia menciona que teve conhecimento do programa de financiamento ao abrigo do PRR, que poderia financiar o equipamento em 100%, mas que a elevada quantidade de documentos exigidos, como as plantas de acessibilidades a todos os compartimentos do edifício, tornou o apoio inacessível à Junta, para além da necessidade de contratação de um arquiteto ou um engenheiro para a elaboração do plano de acessibilidades, o que implicaria a realização de mais obras, para além do salão nobre, designadamente ao nível das instalações sanitárias, e das salas de reuniões e atendimento. -----

Salientou que, assim, se está a apoiar uma mini intervenção, para resolver um microproblema, de um problema muito maior identificado no próprio documento da Junta de Freguesia, porque as pessoas com algum tipo de condicionamento na sua mobilidade continuam a não poder ir às instalações sanitárias, nem às salas de reunião nem às salas de atendimento. -----

Realçou que, para o PS, isto não deve acontecer, frisando que o PS leva este assunto muito a peito, comentando que percebe que a Junta de



Freguesia está a cumprir a linha de pensamento do anterior Presidente da Câmara, Emídio Sousa, quando este dizia que os equipamentos municipais são todos acessíveis, não são é acessíveis a todos. Sublinhou que o PS não defende esta linha de pensamento, pois acredita no direito à liberdade, no direito à dignidade e à participação plena, pelo que não concorda com a negação ou limitação destes mesmos direitos. -----

Concluindo, reforçou a sugestão no sentido de ser feito o plano de acessibilidades, assim como sejam feitas mais intervenções, para que as pessoas possam não só ir ao Salão Nobre, como também às casas de banho, às salas de reuniões e de atendimento. -----

-----  
Interveio o membro **Ricardo Leite**, Presidente da Junta de Freguesia de Arrifana, que começou por dizer que, para se tecer qualquer tipo de comentário sobre as instalações, é preciso conhecê-las, convidando a senhora deputada Lia Ferreira a visitar a Junta de Freguesia de Arrifana. --  
Informou que a Junta de Freguesia, em dezembro de 2022, efetuou diligências no sentido de obter orçamentos para a aquisição da plataforma elevatória, porque se deparou com duas situações concretas, em que dois utentes, por se deslocarem em cadeira de rodas, não tinham acesso ao Salão Nobre, acrescentando que, numa dessas situações, foram elementos do executivo que pegaram na cadeira de rodas, e o levaram para o Salão Nobre. Referiu que, perante isto, a Junta de Freguesia fez todo o tipo de diligências para obter orçamentos, a incluir no orçamento de 2023, tendo aberto um procedimento, o qual foi concluído em maio de 2023, e, em agosto do mesmo ano, a plataforma foi instalada. -----

Fez notar que, em finais de agosto, já com a plataforma instalada e tendo já a Junta a respetiva fatura, abriu um programa de intervenção de edifícios públicos, de que terá conhecimento a deputada Lia Ferreira, como coordenadora da Estrutura de Missão para a Promoção das Acessibilidades, e a Junta de Freguesia fez todas as diligências para tentar

---



*João Cunha*

obter o financiamento através desse fundo, tendo-se inscrito na plataforma Balcão dos Fundos e efetuado vários procedimentos.-----

Realçou que, se houve incompetência pela não obtenção dos fundos através do PRR, é sua, porque efetivamente não é engenheiro nem arquiteto, e não conseguiu, tendo esbarrado na questão técnica, pois a candidatura exigia um projeto de implantação das acessibilidades para todo o edifício.-----

Esclareceu que o edifício da Junta de Freguesia tem acessibilidade às casas de banho, assim como à sala de reuniões e aos serviços de secretaria, frisando que não tinha, única e exclusivamente, acessibilidade ao Salão Nobre, mas que, para efeitos de candidatura, tinha de ser feito o enquadramento geral de todo o edifício, o que obrigaria à contratação de arquitetos e engenheiros, o que ficaria muito mais caro do que ficou a plataforma elevatória, que suporta até 300 kg. -----

-----  
Interveio novamente a deputada municipal **Lia Ferreira** (PS) que disse que, embora a sua questão tivesse sido dirigida à Câmara, agradece as respostas dadas pelo Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Arrifana e aceita o convite que o mesmo lhe fez, acrescentando aceitar o convite para visitar todas as juntas de freguesia, para verificar até que ponto é que se quer fazer, ou não, um verdadeiro investimento no concelho, para garantir que todas as juntas são acessíveis a todas as pessoas, e não só a algumas. Em relação ao Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), disse conhecê-lo muito bem e que há muita confusão que pode ser esclarecida, dando nota que as candidaturas já estavam abertas, que voltaram a abrir, e abrirão, novamente. Referiu que terá todo o gosto em ajudar, frisando que o PS tem alertado, insistentemente, para a existência destas candidaturas, que podiam ser aproveitadas para melhorar as condições de acessibilidade no Concelho. -----  
-----



De seguida, usou da palavra o **Sr. Presidente da Câmara**, que disse ter registado as preocupações da deputada Lia Ferreira quanto à matéria em apreço, salientando que o Executivo continuará a fazer este esforço contínuo no respeitante às acessibilidades. -----

Quanto às perguntas concretas sobre o ponto, disse julgar que o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Arrifana já respondeu às mesmas. ----  
Referiu ser um assunto que merece reflexão porque as juntas de freguesia têm manifestado, muitas vezes, as dificuldades que têm do ponto de vista técnico, acrescentando que é preciso afinar melhor esta questão porque, por pequenas coisas, podem não conseguir aceder às candidaturas a fundos comunitários. -----

Realçou que aquilo que a Câmara está a fazer é atribuir, às juntas de freguesia, 50% do valor da obra, comentando que a sua opinião, quanto ao PRR, é que, às vezes, se abre a porta de uma maneira para se fechar de outra, opinião partilhada pelas juntas de freguesia e pela própria ANAFRE, fazendo notar que foi isso que o Sr. Presidente da Junta tentou explicar. ---  
-----

Interveio o membro **Miguel Branco** (CH) que, no seguimento do proferido pelo Sr. Presidente da Junta, de que não é engenheiro nem arquiteto, perguntou à Câmara porque é que não ajudou a Junta de Freguesia. Salientou que, segundo sabe, a Câmara tem técnicos, entre os quais arquitetos e engenheiros, pelo que entende que seria salutar a Câmara ajudar a Junta, e, assim, resolvia-se o problema de a Câmara ter de participar 50% do valor da obra, ao que o **Sr. Presidente da Câmara** replicou dizendo que julgava que a Câmara estava a fazer uma coisa boa, e, afinal, não estava. -----  
-----

Usou novamente da palavra o membro **Ricardo Leite**, Presidente da Junta de Freguesia de Arrifana, que, a respeito da questão colocada pelo membro Miguel Branco, explicou que tem a ver com a questão do tempo, reforçando

---



Ina Cunha

que o programa foi aberto em 30 de agosto e terminava a 30 de setembro, tendo, entretanto, sido prorrogado até 30 de novembro, ao que a deputada municipal **Lia Ferreira** retorquiu dizendo que foi prorrogado até 15 de janeiro, ao que o membro **Ricardo Leite** reforçou que, pelo que tem conhecimento, o programa foi prorrogado até 30 de novembro.-----

-----  
Interveio o membro **José Carlos Silva**, Presidente da Junta de Freguesia de Mozelos, que disse que, apesar de concordar com o PRR, as juntas de freguesia não se podiam candidatar a nada, o que é lamentável, comentando que, agora, pela primeira vez, esse programa vai ser aberto às juntas de freguesia. -----

Disse que, profissionalmente, faz projetos, mas que não é uma questão de ajudar, ou não, salientando que as coisas têm de ser analisadas de outra forma. Referiu, a título de exemplo, que tem um problema com os cães vadios na sua freguesia, que ninguém consegue resolver, e que existe uma grande capacidade de criar leis, mas já não existe capacidade para as materializar. -----

A propósito dos fundos, disse que existe o Programa Portugal 2020, que terminou em dezembro, não sabe como, que agora está em vigor o PRR, com um atraso incrível, e já devia estar a funcionar o Programa Portugal 2030. -----

Sobre a situação em concreto, disse ser impensável que, para ter acessibilidade às casas de banho, por exemplo, se tenha de mexer em todo o edifício da Junta, frisando que é preciso perceber a realidade, e não se ficar pelas inúmeras licenças, que esbarram nos diferentes organismos públicos, que emitem pareceres completamente descabidos. -----

Concluindo, disse custar-lhe ouvir falar, nesta Assembleia, de tudo e mais alguma coisa, mas cuida de resolver os problemas, comentando que todos têm o direito de falar da questão da Faixa de Gaza, e de outros temas, mas que considera importante salientar que os fundos não são pensados para

---





as juntas de freguesia, pelo que é preciso fazer as coisas de uma forma realista, para que estas se possam candidatar. -----

Seguidamente, submetido o assunto a votação, constatou-se que a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com 51 votos a favor (PSD:29, PS:16, BE, CDS-PP, IL, CH, CDU, IND), aprovar a atribuição à Junta de Freguesia de Arrifana de um apoio financeiro, até ao valor máximo de 6.675,00 €, nos termos e condições propostos na deliberação camarária em epígrafe. -----

*Saíram os membros Cláudio Costa e Rui Alves Rios.*-----

**11 – “Concessão de utilização privativa do domínio público municipal para Instalação, manutenção e exploração de publicidade em mobiliário Urbano”**-----

**- Pedido de autorização da Assembleia Municipal**-----

A **Sra. Presidente da Assembleia** introduziu o assunto em epígrafe e, de seguida, passou a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara**, o qual apresentou o assunto, a que se refere a deliberação camarária de 14 de fevereiro de 2024 e restante documentação que a acompanha – oportunamente disponibilizada aos membros desta Assembleia Municipal. Acrescentou que iria fazer chegar à Mesa da Assembleia, para conhecimento dos membros deste órgão, um relatório elaborado pelos serviços técnicos da Câmara, contendo a localização geográfica, as condições de instalação das paragens, o número de paragens por freguesia e localizações, o tipo de abrigo, as condições para as pessoas com mobilidade condicionada, assim como outras informações a respeito desta matéria. -----

Interveio o membro **Eduardo Couto** (BE) que começou por lamentar que o



relatório mencionado pelo Sr. Presidente não tenha sido disponibilizado previamente aos membros desta Assembleia, para que o pudessem analisar antes do debate, assim como a ata da reunião de Câmara onde este assunto foi discutido e que se realizou recentemente. Disse ser uma situação a corrigir, para que os grupos municipais possam trabalhar de forma harmoniosa, tendo na sua posse os documentos para, depois, votarem em conformidade.-----

Em relação à proposta em apreço, referiu ser com alguma preocupação que o BE se opõe à concessão das paragens de autocarro no Concelho, principalmente, com contornos como os apresentados, por uma questão ideológica, questionando como é que a Câmara, se não consegue gerir algo tão básico como as paragens de autocarro, conseguirá gerir o resto do Concelho. -----

Disse que os maus resultados da última concessão, estão à vista, pois resultou em paragens danificadas, com condições precárias, com muitas barreiras arquitetónicas, comentando que, no seu entender, o melhor órgão para resolver este tipo de questões é mesmo a Câmara Municipal, porque é uma entidade pública que se preocupa com o bem-estar público, enquanto as empresas privadas têm como objetivo a mais-valia.-----

Reforçou que é dever da Câmara garantir estas matérias, e que o BE defende que a publicidade nas paragens de autocarro deve primar por questões institucionais de interesse público, fornecendo informações relevantes e atualizadas sobre os transportes públicos, e não serem meros espaços de anúncios para produtos de entidades privadas. -----

-----  
Interveio o membro **Miguel Branco** (CH) que questionou quem é que vai fazer a manutenção das paragens que já existem, se é o concessionário ou se é a Câmara. Concluindo, deu nota do seu voto favorável à proposta. -----

-----  
Interveio o membro **Ângelo Santos** (CDS-PP) que questionou se o layout é



definido pela Área Metropolitana do Porto ou se é o próprio Município que o pode definir, de acordo com o que entender mais prático para o território. --

-----  
Usou da palavra a deputada municipal **Susana Correia** (PS) que começou por lamentar que os membros deste órgão não tenham tido a oportunidade de conhecer a intervenção feita na Câmara pelos vereadores do PS, comentando que valeria a pena acompanhar esse debate.-----

Salientou que, não tendo essa alternativa, questiona se o concurso em causa vem resolver o problema, de há muito, referente à quantidade de publicidade que existe a monte pelo território, de uma forma desorganizada, desordenada e não registada, e se também vem resolver o problema do mobiliário urbano degradado, que até nem cumpre as normas de qualidade exigidas. Perguntou, assim, se a proposta apresentada responde, em termos de gestão do espaço público, à nova estratégia de valorização da cidade, se assegura a harmonização estética em todo o concelho, se está compatibilizada com as novas vivências e exigências ao nível tecnológico e ambiental, e de forma integrada quanto à localização e acessibilidades, tal como falado no ponto anterior da ordem de trabalhos. --  
Concluindo, perguntou ainda se a concessão se equilibra economicamente e como se chegou a essa informação, e se responde aos novos desafios tecnológicos, designadamente, quanto à informação nos postales, questionando se os papéis continuarão a estar colados com fita cola.-----

-----  
Usou da palavra o **Sr. Presidente da Câmara** que esclareceu, no seguimento do proferido pelo membro Eduardo Couto, que é claro que a Câmara é capaz de fazer a gestão das paragens, mas que não é disso que se trata, focando que a dificuldade está na gestão do espaço publicitário, inserido nas paragens. Compreendendo as diferenças ideológicas, alertou para o facto de este modelo ser seguido por todo o país e por toda a Europa, porque, para gerir a publicidade, tem de haver uma gestão



comercial para a qual as câmaras não estão vocacionadas, comentando ser essa a razão da existência de operadores especializados. -----

Referiu que existe uma outra concessão, da Cemark, que vai vigorar até 2027/2028, relativa a 124 abrigos, frisando que são os que estão em melhores condições, pois têm uma manutenção e uma limpeza assídua, acrescentando que, quando essa concessão terminar, logo se verá qual o procedimento a adotar. -----

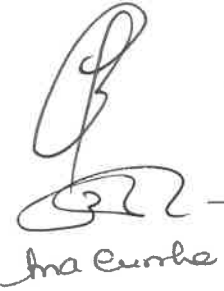
Sobre a manutenção e limpeza dos abrigos, informou que, quando entregues, é a concessionária que o fará, dizendo que 111 abrigos são para manter e 95 para substituir, acrescentando que, no total, entre a Cemark e a nova concessão, existem 330 abrigos colocados por todo o território, reforçando que a manutenção, limpeza, mudança de publicidade, é uma obrigação da concessionária, assim como a remoção dos antigos abrigos, em mau estado. -----

Sobre o questionado pelo membro Ângelo Santos, informou que o layout dos postaletes está a ser articulado com a AMP, acrescentando, quanto aos abrigos, que há diferentes concessionárias no mercado, mas com condições técnicas idênticas. -----

Referiu que o que está a ser afinado, no âmbito da questão da Unir, é que as 96 linhas tenham equipamentos uniformes, designadamente os abrigos e os postaletes, ressaltando que, no território, poderão subsistir dois tipos de paragens, as concessionadas à Cemark e as desta concessão. -----

Salientou que o que inspirou a concessão foi aquilo que a deputada Susana Correia assinalou, ou seja, o atacar o problema da quantidade de publicidade desordenada. Disse que estão em causa dois lotes, pelo que pode ser uma ou duas empresas diferentes a explorar, acrescentando que quem ganhar terá a obrigação, de proceder à fiscalização e à remoção de todos os equipamentos, ao adquirir o direito de exclusividade sobre a publicidade no território. -----

Referiu estar previsto algum espaço de reserva para a comunicação



Ana Cunha



institucional, seja da Câmara ou das instituições do Município, ressaltando que a campanha dos partidos e o posicionamento dos partidos está excluída, pois existe legislação especial para o efeito, bem como a publicidade aos licenciamentos particulares, e a das fachadas das empresas e comércios.-----

Salientou que o relatório que falou não faz parte das peças processuais, mas que julga que é um bom documento, que responde a muitas das preocupações que são legítimas e que podiam ser questionadas, reconhecendo que o mesmo podia ter sido distribuído antes, para que os membros da Assembleia o pudessem ter analisado. -----

Relativamente à questão do equilíbrio financeiro da concessão, disse não haver problemas quanto a isso, salientando que os valores apresentados são valores-base. Informou que, cada lote, tem um valor base de 2 milhões e 300 mil euros, e que o candidato vencedor ainda tem a obrigação de fazer um investimento nas paragens, na manutenção e remoção de estruturas de publicidade incorretamente colocadas, e que a contrapartida que tem é a gestão do espaço publicitário, sendo esse o negócio da empresa. -----

Concluindo, ressaltou que todas estas situações carecem de licenciamento municipal, ou seja, que não há “via verde”, se assim se pode dizer, para o concessionário poder fazer quando e como quer. -----

Seguidamente, submetido o assunto a votação, constatou-se que a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 36 votos a favor (PSD:29, PS:3 – Valdemar Silva, David Neves e Francisco Andrade, CDS-PP, IL, CH, IND), 12 votos contra (PS:11, BE) e 1 abstenção (CDU), autorizar a concessão em epígrafe, nos termos e condições da deliberação camarária supraidentificada.-----

A deputada municipal **Susana Correia** (PS) fez a seguinte declaração de voto:-----



Ana Cunha

“A nossa declaração de voto reforça um bocadinho a minha introdução na intervenção. Eu acho que este ponto, sendo um concurso internacional, em que temos dois lotes exatamente com o mesmo valor, não estamos munidos dos documentos que podiam sustentar uma votação diferente, e um conhecimento diferente do que se vai passar nas diferentes freguesias, nos diferentes locais. E tendo em conta que a própria discussão de Câmara não é disponibilizada, e há um conjunto de problemas que foram colocados pelos vereadores do Partido Socialista, que não nos conseguimos inteirar deles, esses problemas também nos preocupam, não estamos à vontade para votar a favor neste ponto.”-----

-----  
*Saiu o membro Marco Gonçalves.* -----

-----  
**12 – Declarações no âmbito da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro** -----

A **Sra. Presidente da Assembleia** introduziu o assunto em epígrafe e, de seguida, passou a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara**, o qual apresentou o assunto, a que se refere a deliberação camarária de 14 de fevereiro de 2024 e restante documentação que a acompanha – oportunamente disponibilizada aos membros desta Assembleia Municipal. -

-----  
Verificando que nenhum membro pretendeu usar da palavra relativamente a esta matéria, a Sra. Presidente da Assembleia deu por terminado o presente ponto, tendo a Assembleia Municipal apreciado as declarações em referência, elaboradas ao abrigo do disposto no artigo 15.º da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso (LCPA). -----

-----  
*Reentraram os membros Rui Ribeiro e Marco Gonçalves.* -----

-----  
**13 – Revisão do tarifário para o ano de 2024, no âmbito do Contrato de Concessão de Exploração e Gestão dos Serviços Públicos**

---



**Municipais de Abastecimento de Água e Saneamento do Concelho -----**

A **Sra. Presidente da Assembleia** introduziu o assunto em epígrafe e, de seguida, passou a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara**, o qual apresentou o assunto, a que se refere a deliberação camarária de 15 de janeiro de 2024 e restante documentação que a acompanha – oportunamente disponibilizada aos membros desta Assembleia Municipal. -

-----  
Interveio o membro **Eduardo Couto** (BE) que disse que o documento apresentado é mais uma prova de que a Indaqua Feira não serve, nem de perto nem de longe, as necessidades dos feirenses, salientando que não se consegue perceber a cegueira ideológica do atual executivo em manter um monopólio natural com a concessão da água, com os resultados à vista. ----  
Referiu que Santa Maria da Feira está no top 7 dos municípios com maior aumento da fatura global registada em 2023, e está no top 3 nacional dos concelhos com a fatura global mais elevada para um consumo anual de 180 metros cúbicos, que é o consumo feito por uma grande maioria das famílias do país. Fez notar que é um dos municípios onde os preços elevados não estão associados aos investimentos feitos na rede de abastecimento de água e de saneamento, e, para 2024, esperam-se ainda mais aumentos.-----

Salientou que a posição do BE perante esta concessão é pública, de que defende a remunicipalização da água, acabando com este monopólio natural, comentando que este erro político, feito no passado, deve ser corrigido com a maior brevidade possível, mas que, para tal, é preciso coragem política, a qual, aparentemente, está em défice. -----

-----  
Interveio o membro **Carlos Cunha** (CDU) que disse que, quando o custo com a água e saneamento é, em Santa Maria da Feira, dos mais altos do país, parece-lhe surpreendente que se aceite um aumento do valor do proposto sem que se peça as respetivas contrapartidas, como ter o

---



Ana Cunha

fornecimento da água ou da rede de saneamento em todo o Município.-----

-----  
Interveio o membro **Daniel Gomes** (PS) que, em relação à questão da concessão ser um monopólio natural, disse que, com a remunicipalização, esse monopólio continuaria a existir, só que na posse do Município. Fez notar que, no ponto em apreço, o que está em causa é se as tarifas estão, ou não, bem calculadas, e que estão bem calculadas, sendo uma questão de matemática.-----

Disse, no âmbito do assunto, que o Município tem um problema de tal forma grave que entende que vai ser alvo de campanha eleitoral, em 2025, recordando, não ser por acaso, que o anterior Presidente da Câmara, Emídio Sousa, referia ser oportuno iniciar uma discussão deste assunto pela altura das próximas eleições autárquicas. -----

Assim, perguntou ao atual Presidente da Câmara, Amadeu Albergaria, se considera correto que uma casa que não tenha rede de saneamento à porta, tenha, para fazer a limpeza da fossa séptica, de pagar um mínimo de 50 euros, ficando numa situação de clara desvantagem face a quem tem rede à porta. Fez notar que, se as pessoas construíram a sua casa num determinado local, não deveriam ser penalizadas pelo facto da rede não existir nessa altura, e estarem a pagar um custo muitíssimo mais elevado do que paga uma pessoa que tenha rede à porta, indagando se não seria mais justo que esse custo fosse diluído pela rede, e essas pessoas pagassem exatamente o mesmo que pagariam caso tivessem acesso à rede de saneamento. -----

Disse, ainda, ter endereçado cinco requerimentos sobre o assunto Indaqua Feira, veiculados pela Mesa da Assembleia, para serem respondidos pela Câmara Municipal, mas que só obteve resposta a um, e que até já trocou algumas impressões com o Vereador, Mário Jorge Reis, porque entendeu que a resposta não foi adequada, o que poderia partilhar com os membros desta Assembleia, para que pudessem tirar as suas ilações. Neste âmbito,

---





solicitou à Sra. Presidente da Assembleia para que diligencie por respostas mais céleres, com o prazo indicativo de 30 dias, salientando que gostava de conhecer o resultado líquido da empresa desde 2005, a taxa interna de rentabilidade a 31 de dezembro de 2023, e, muito particularmente, a profundidade da relação existente entre a Indaqua Feira e a empresa chamada Aqualevel, do Grupo Indaqua.-----

Concluindo ressaltou que, por motivos óbvios, tais respostas eram importantes para se perceber o ponto de situação da concessão, e que não são somente importantes para ele ou para o PS, mas para toda a Assembleia Municipal.-----

-----  
A **Sra. Presidente da Assembleia** fez notar que a Mesa vai tomar as devidas diligências para que as respostas sejam dadas do modo mais célere possível.-----

-----  
Interveio o membro **Carlos Seixas** (PSD) que disse que, obviamente, todos preferiam que a água fosse mais barata, mas que os valores do tarifário estão devidamente enquadrados no contrato que foi celebrado. -----  
Referiu que o PSD já teve, e tem, a abertura para dizer que este contrato deve ser repensado e equacionado aquando do término do mesmo, acrescentando que, ao contrário do mencionado pelo membro Eduardo Couto sobre a coragem política, e sendo que esta é uma questão que causa alguma celeuma junto dos eleitores, o PSD não tem posições levianas de rompimento do contrato, o qual dotou o município de milhões de euros de investimento. Salientou que, nesse aspeto, a Câmara Municipal tem, e bem, adotado a postura de ser respeitadora do direito e dos contratos que foram assinados. -----

Disse que a verdade é que o Município ficou dotado de um conjunto de infraestruturas que, no final do contrato, serão da sua propriedade, e que, de outra forma, não teria capacidade de as pagar, frisando que basta

---



Ana Cunha

comparar as taxas de cobertura do município de Santa Maria da Feira com as de outros municípios com uma estrutura semelhante, como Oliveira de Azeméis ou Ovar, para perceber a diferença significativa.-----

Salientou que a diferença é de tal forma significativa que, quando estava a preparar este discurso, constatou que, em 2023, mencionou que 97% do Município era dotado com rede de abastecimento de água e 90% com rede de águas residuais, e agora, passado um ano, 98% do Concelho está coberto com rede de abastecimento de água e, no respeitante à rede de águas residuais, a cobertura já vai nos 97%. Registou que o mérito não é só da Indaqua, também é do Município, aludindo ainda aos níveis de perda de água, muito abaixo dos da Área Metropolitana do Porto e da região de Aveiro.-----

Concluindo, salientou que também é este tipo de investimentos que gera qualidade de vida, que gera outros investimentos e torna Santa Maria da Feira no melhor município para viver.-----

-----  
Usou da palavra o **Sr. Presidente da Câmara** que disse que, na sua opinião, a discussão desta matéria está feita, e que a intervenção do membro Carlos Seixas consubstancia a resposta da Câmara Municipal. ----

Referiu que, para o BE, esta é uma questão ideológica, porque tem uma visão diferente no que concerne às concessões da água, o que respeita, mas não é a visão preconizada pelo Executivo do PSD.-----

Sobre a questão feita pelo membro Carlos Cunha, da CDU, realçou que, já que se falou em coragem política, será mais fácil proclamar que a água deve ser mais barata, porque o difícil foi alcançar índices de cobertura de 97% na rede de saneamento e 98% na rede de água, acima dos padrões europeus.-----

Fez notar que era fácil dizer que o Município cumpre as metas europeias e ficar por aí, mas que, sendo sensível aos argumentos das juntas de freguesia e da própria população, a Câmara e a Indaqua têm feito um

---



Ana Cunha



esforço muito grande para fazer chegar o mais longe possível a rede de saneamento, para que as pessoas não tenham de pagar para esvaziar as fossas. Ressalvou que não se vai conseguir alcançar a cobertura total, dos 100% puros, mas que se vai chegando cada vez mais longe, e que a evolução tida no último ano, comprova isso mesmo.-----

Informou ainda que, dos fundos comunitários relativos à Área Metropolitana do Porto, a Câmara já conseguiu cativar mais de 5 milhões de euros para as redes de extensão de água e de saneamento, estando, neste momento, a atuar em muitas freguesias. Explicou que faltam executar as mais delicadas do ponto de vista técnico, e também mais caras do ponto de vista da execução, mas que o Município não se nega, está sempre em obra no terreno, assim como está a projetar e a lançar concursos, para ir aumentando, progressivamente, as percentagens de cobertura que, já por si, são bastante elevadas. -----

Concluindo, disse julgar que as visões de cada um sobre esta matéria, apesar de diferentes, são muito claras, e, quanto à revisão do tarifário, a mesma cumpre o contrato. -----

-----  
Posto isto, a Sra. Presidente da Assembleia deu por terminado o presente ponto, tendo a Assembleia Municipal apreciado a revisão do tarifário para o ano de 2024, no âmbito da Concessão em referência. -----

-----  
**14 – Relatório de Atividades de 2023 da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Santa Maria da Feira**-----

A **Sra. Presidente da Assembleia** apresentou o assunto em epígrafe, a que se refere o e-mail, registado sob o n.º 1.869, em 05/04/2024, remetido pela Sra. Presidente da Comissão em referência – documento oportunamente disponibilizado aos membros desta Assembleia Municipal. - Disse querer reforçar que a proteção das crianças é uma preocupação crescente em todo o mundo, ressaltando que, em Portugal, existe a

---



Ana Cunha

Estratégia Nacional para os Direitos das Crianças, coordenada pela Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens, que é um instrumento estratégico de caráter transversal com vista à promoção dos direitos e proteção das crianças e jovens.-----

Referiu que as comissões de proteção de crianças e jovens têm como competência promover os direitos das crianças e jovens, e, acima de tudo, prevenir as situações de perigo, recordando que esta Assembleia Municipal elegeu representantes para integrar a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Santa Maria da Feira (CPCJ), e teve a honra de ser eleita.-----

Fez notar que, nesse sentido, queria dar a conhecer que tem assistido às reuniões mensais da CPCJ, e tem acompanhado e participado do trabalho que a comissão tem efetuado, em articulação com todas as entidades, com todas as redes formais e informais, com vista a que sejam cumpridos e assegurados os direitos das crianças e jovens do Concelho.-----

Salientou que continua a haver problemas em termos de recursos humanos, e que esse é, por assim dizer, o principal problema da CPCJ, salientando que a Câmara tem feito uma pressão enorme junto da Segurança Social, para que seja cumprido o legislado.-----

Concluindo, frisou que a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Santa Maria da Feira tem efetuado um trabalho que é de louvar e de assegurar, que está refletido no relatório em apreço, procurando promover os direitos das crianças e jovens e, acima de tudo, prevenir todas as situações de risco.-----

-----

Interveio a deputada municipal **Alexandra Sousa** (PS) que, após agradecer os esclarecimentos prestados pela Sra. Presidente da Assembleia, deu os parabéns à CPCJ e aos serviços da Câmara por ter feito chegar aos membros da Assembleia um relatório contendo, efetivamente, informação perceptível e descritiva, a explicar aquilo que é a CPCJ, para quem tinha dúvidas sobre o seu funcionamento, retratando o concelho, nesta temática

---



das crianças e jovens. -----  
Referiu que o relatório referencia os três perigos maiores e sinaliza-os nas freguesias, pelo que o desafio que deixa, tanto à Assembleia Municipal como à Câmara Municipal, vai no sentido da prevenção dos problemas reportados no relatório, recordando que o órgão deliberativo tem quatro representantes na CPCJ e o executivo tem um.-----

Afirmou que lhe causa muita preocupação o jogo a dinheiro, o jogo de entretenimento, a violência doméstica, a prostituição, o consumo de álcool, o consumo de estupefacientes, a negligência com falta de acompanhamento por parte dos pais, pelo que considera que o Município deve analisar e ponderar o que fazer no âmbito destas matérias.-----

Concluindo sugeriu, em jeito de desafio e de provocação, que a apreciação do relatório da CPCJ, quando presente à Assembleia Municipal, deixe de ser o último ponto da ordem do dia e passe a ser o primeiro, para que todos o consigam analisar sem pressa de ir para casa.-----

-----  
Usou da palavra o **Sr. Presidente da Câmara** que disse sublinhar a intervenção da senhora deputada Alexandra Sousa, e acrescentou que, naturalmente, é obrigação da Câmara olhar para o relatório e, em articulação com todos os atores, identificar e atuar sobre os problemas. ----

-----  
Posto isto, a **Sra. Presidente da Assembleia** disse, quanto à sugestão feita em relação ao número de ordem em que o assunto é tratado, que será acolhida. -----

De seguida, deu por terminado o presente ponto, tendo a Assembleia Municipal apreciado e tomado conhecimento do Relatório em referência.----

-----  
**15 - Pedido de suspensão do mandato de membro da Assembleia Municipal - Manuel Oliveira de Almeida** -----

A **Sra. Presidente da Assembleia** apresentou o assunto em epígrafe, a

---



Ina Cunha

que se refere o e-mail, registado sob o n.º 2.411, em 14/02/2024, remetido pelo membro deste órgão, Manuel Oliveira de Almeida – documento oportunamente disponibilizado aos membros desta Assembleia Municipal. -

É do seguinte teor o pedido de suspensão em referência: -----

“Excelentíssima Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, -----

Manuel Oliveira de Almeida, residente na Rua do Passo Novo, 131, 4535-310 Paços de Brandão, concelho de Santa Maria da Feira, membro eleito pelo Partido Socialista para a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira a que V. Exa superiormente preside, por motivos socioprofissionais que lhe exigem uma maior efetividade e dedicação que, neste momento, são incompatíveis com a disponibilidade mínima que entende ser seu dever reservar para o exercício das funções para que foi eleito, as quais, no seu modesto entendimento, não devem esgotar-se na mera presença dos membros nas assembleias agendadas, funções essas que, com manifesto ganho para esse órgão, melhor passarão a ser desempenhadas por outro membro da força partidária incumbente, -----  
Vem requerer a V. Exa, ao abrigo do art. 54.º do Regimento da Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, a suspensão do seu mandato pelo período de um ano a contar da receção do presente, pretensão cuja apreciação e autorização deverá ser apreciada em plenário já na próxima sessão.”-----

-----  
Submetido o assunto a votação, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com 50 votos a favor (PSD:30, PS:14, BE, CDS-PP, IL, CH, CDU, IND), aprovar o pedido de suspensão do mandato do membro Manuel Oliveira de Almeida, pelo período de um ano. -----

-----  
Posto isto, face à vacatura do lugar, a Sra. Presidente da Assembleia, aproveitando a presença da cidadã imediatamente a seguir na ordem da



lista do Partido Socialista, Alexandra Patrícia Alves de Sousa, e verificada que foi a sua identidade e legitimidade deu posse à mesma, investindo-a, como membro desta Assembleia Municipal, para o período em referência. -- De seguida, a Sra. Alexandra Patrícia Alves de Sousa abeirou-se da Mesa e, perante a Assembleia, leu e assinou a declaração de tomada de posse, do seguinte teor: "Afirmo solenemente pela minha honra que cumprirei com lealdade as funções que me são confiadas." -----

**PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

Não houve inscrições para intervir neste Período. -----

**Documentos presentes à sessão da Assembleia Municipal**-----

Todos os documentos submetidos à presente sessão fazem parte integrante desta ata e ficam arquivados em pasta anexa ao respetivo livro de atas. -----

De seguida, e após feita a leitura da ata em minuta, a Sra. Presidente da Assembleia submeteu a mesma a votação, tendo a Assembleia Municipal deliberado, por unanimidade, aprovar a ata em minuta desta sessão. ----- Nada mais havendo a tratar, às 01 horas e 10 minutos do dia 17 de fevereiro de 2024, a Sra. Presidente da Assembleia encerrou a sessão de que se lavrou esta ata, que vai ser assinada por todos os membros da Mesa. -----

A Presidente,

O 1.º Secretário,

A 2.ª Secretária,

Sra Patrícia Cunha